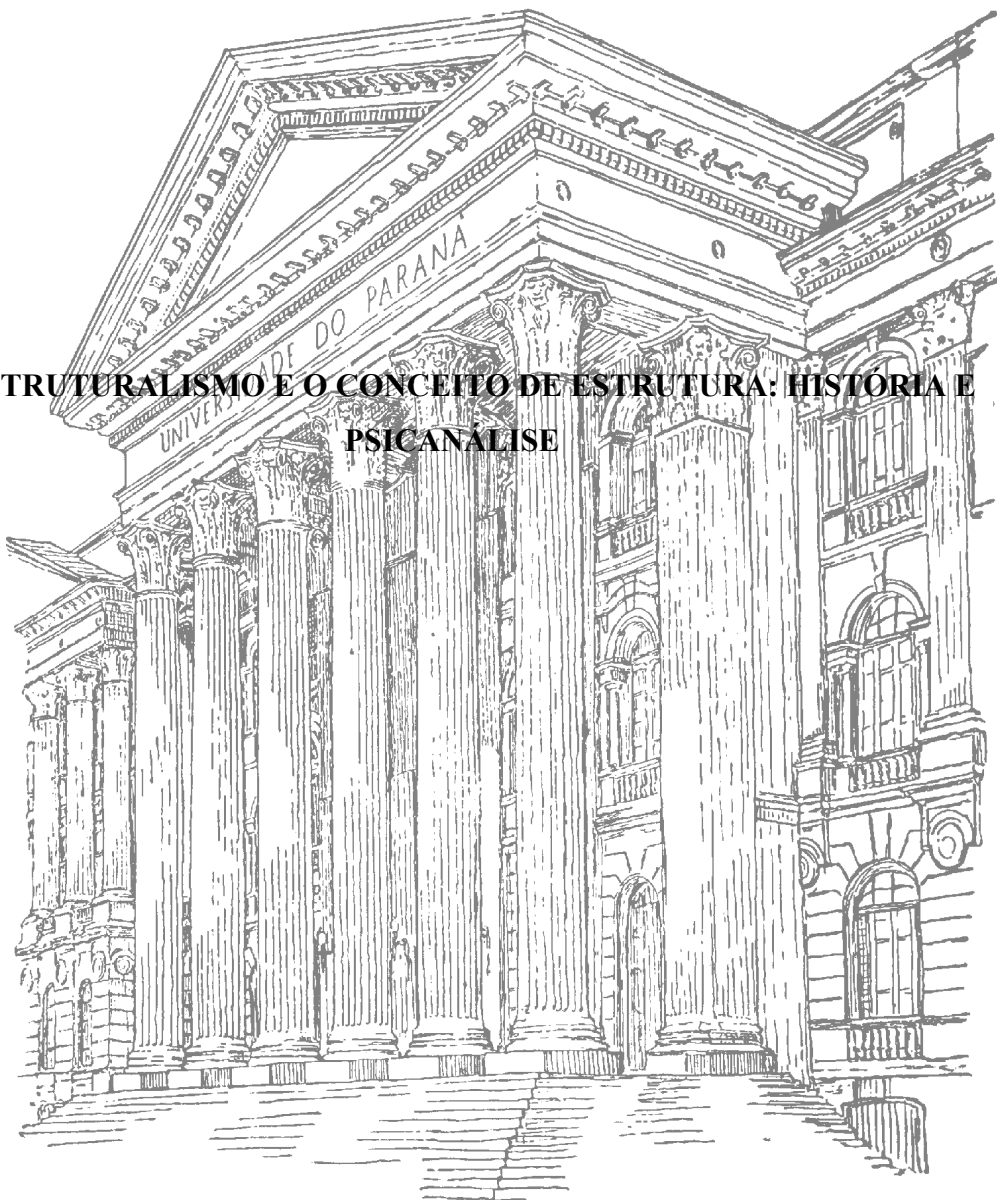


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA CLÍNICA

VERIDIANA URSI FREITAS DE CAMPOS

**O ESTRUTURALISMO E O CONCEITO DE ESTRUTURA: HISTÓRIA E
PSICANÁLISE**



CURITIBA

2017

VERIDIANA URSI FREITAS DE CAMPOS

**O ESTRUTURALISMO E O CONCEITO DE ESTRUTURA: HISTÓRIA E
PSICANÁLISE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica, no Curso de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Maurício José D'Escagnolle Cardoso

CURITIBA

2017

Catálogo na Publicação
Cristiane Rodrigues da Silva – CRB 9/1746
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Campos, Veridiana Ursi Freitas de

O Estruturalismo e o Conceito de Estrutura: História e Psicanálise. / Veridiana Ursi Freitas de Campos. – Curitiba, 2017.

79 f.

Orientador: Prof. Dr. Maurício José D'Escragnolle Cardoso.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Psicanálise – Estruturalismo. 2. Psicanálise – História. I. Título.

CDD 150.195




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em PSICOLOGIA
Código CAPES: 40001016067P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **VERIDIANA URSI FREITAS DE CAMPOS**, intitulada: "**O ESTRUTURALISMO E O CONCEITO DE ESTRUTURA: HISTÓRIA E PSICANÁLISE**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovada no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 31 de Agosto de 2017.


MAURICIO JOSE D'ESCRAGNOLLE CARDOSO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


ELAINE CRISTINA SCHMITT RAGNINI
Avaliador Externo (UFPR)


VINICIUS ANCIÃES DARRIBA
Avaliador Externo (UERJ)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Maurício, pesquisador dedicado e professor generoso, a quem agradeço a paciência, a confiança e a liberdade na produção deste texto.

À banca avaliadora pela oportunidade do debate e das contribuições. Em especial, ao Prof. Dr. Vinicius Anciães Darriba, a quem serei eternamente grata por ter acompanhado minha trajetória em Psicanálise. Por ter me ensinado a ler Freud, com rigor e sensibilidade.

A Elizabeth, pesquisadora e profissional rigorosa e mãe extraordinária. A quem agradeço por ensinar o duro da vida com a leveza do amor.

Aos meus irmãos, testemunhas e companheiros de tudo que aprendi nesta vida. Em especial, ao Elias, que nas suas primeiras experiências com a linguagem, nos fez rir dos significantes.

Ao Roberto, por compreender meus momentos de ausência nesta trajetória. E que, mesmo longe, faz com que me sinta sempre acompanhada.

Aos meus amigos, que fazem de seus peitos ninhos onde posso sempre pousar.

Aos colegas de Escola, que não me deixam só na escolha da formação permanente.

Eu quisera ver o mundo
como o vê Sérgio Bernardo:
ver, no mundo, os muitos signos
que vigiam sob as coisas.

Sentir, sob a forma, as formas,
os segredos da matéria,
mais as texturas dos sonhos
do que se forma o real.

Ver a vida em plenitude
e em seu mistério mais alto;
decifrar a linha, a sombra,
a mensagem não ouvida

mas que palpita na Terra.

Eu quisera ter os olhos
que assim penetram o arcano
e o tornam (poder da imagem)

um conhecimento humano.

(Carlos Drummond de Andrade, Eu quisera ver o mundo)

RESUMO

A pergunta disparadora deste trabalho foi, desde seus primórdios, a questão do diagnóstico em psicanálise. No caminhar das investigações, optou-se por situar o diagnóstico na sua condição de ser estrutural. Em virtude do que, fez-se necessário um adiamento da investigação das estruturas clínicas propriamente ditas e uma prevalência da pesquisa acerca do conceito de estrutura em si. O que, por sua vez, encaminhou ao estudo do que foi o movimento estruturalista e quais foram os aspectos principais da vida e obra de Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson e Lévi-Strauss. Uma vez situados estes aspectos, foi possível localizar suas contribuições à obra e ao ensino de Jacques Lacan, que encontra neste movimento e em seus autores supracitados os fundamentos necessários para criticar os caminhos tomados pela psicanálise e seus praticantes à época, pensar o retorno a Freud e propor uma releitura rigorosa e rente aos ensinamentos freudianos. De suas interlocuções com a antropologia e com a linguística, Lacan pode, então, situar que as leis do inconsciente são as mesmas leis da linguagem e disso decorreu a máxima ‘o inconsciente é estruturado como linguagem’. A partir do que, em trabalho futuros, se fará possível situar as estruturas clínicas.

Palavras chave: estrutura, estruturalismo, linguagem, inconsciente.

ABSTRACT

The triggering question of this work was, since its beginnings, about the diagnosis in psychoanalysis. In the course of the investigations, it was chosen to situate the diagnosis in its condition of being structural. By virtue of this, it became necessary to postpone the investigation of the clinical structures themselves and a prevalence of the research about the concept of structure itself. Which led to the study of what the structuralist movement was and what were the main aspects of the life and work of Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson and Lévi-Strauss. Once these aspects were located, it was possible to locate their contributions to the work and teaching of Jacques Lacan, who finds in this movement and in its authors the necessary foundations to criticize the paths taken by psychoanalysis and its practitioners at the time, to think about the return to Freud and propose a rigorous and close re-reading of the Freudian teachings. From his interlocutions with anthropology and linguistics, Lacan can then situate that the laws of the unconscious are the same laws of language and hence the maxim 'the unconscious is structured as language'. From that, in future works, it will be possible to situate the clinical structures.

Key words: structure, structuralism, language, unconscious.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2. CAPÍTULO I: A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTRUTURALISTA NAS CIÊNCIAS HUMANAS..... | 14 |
| 2.1 FERDINAND DE SAUSSURE: O INÍCIO..... | 16 |
| 2.2 ROMAN JAKOBSON: A TRANSPOSIÇÃO..... | 25 |
| 2.3 LÉVI-STRAUSS: O MARCO..... | 31 |
| 2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS..... | 40 |
| 3. CAPÍTULO II: A DESCOBERTA DO ESTRUTURALISMO POR LACAN..... | 45 |
| 3.1 COMENTÁRIOS BIOGRÁFICOS..... | 45 |
| 3.2 O RETORNO A FREUD..... | 48 |
| 3.3 O INCONSCIENTE É ESTRUTURADO COMO LINGUAGEM..... | 65 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 71 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 76 |

1 INTRODUÇÃO

“Eu quisera ver o mundo (...) decifrar a linha, a sombra, a mensagem não ouvida” disse Drummond na epígrafe escolhida para abertura deste trabalho. É deste tipo de querer, este que almeja desvendar o que não está no alcance dos dedos ou dos olhos, que busca o para além do mistério e faz disso conhecimento, que nasce esta elaboração em forma de pesquisa.

Em psicanálise autor e obra coincidem, não se separam, nem mesmo se assim o quisesse. No entanto, o rigor está em não fazer dessa condição um discurso obscuro, que nada transmite ou ensina e sim em extrair da inquietude em relação à causa analítica uma questão que possa ser formalizada e compartilhada.

A clínica é o lugar privilegiado daquele que se inclina à psicanálise, seja a que se frequenta ou a em que se atua. É dela que se decantam as perguntas e as elaborações, sendo que neste trabalho isto não foi diferente. Da prática junto àqueles que procuram quem os possa escutar, uma questão sempre se colocava, bem como suas derivações: O que deve ser escutado aí? De que se trata essa fala? De quem se trata nesta fala?

A reflexão sobre a natureza destas perguntas e as leituras indicaram que o que sempre esteve em jogo nelas foi a dúvida acerca do diagnóstico na prática analítica. Almejava-se saber sobre as estruturas em questão nos casos recebidos, pois que já havia sido lido em Freud o quanto este era um procedimento – o do diagnóstico – indispensável na direção dos tratamentos e nas perspectivas de cura.

Uma vez delineada a ordem desta inquietação, muitos outros questionamentos emergiram. A saber: o que e quais são as tais estruturas de que se fala em psicanálise; como elaborar um diagnóstico apurado delas; e como operar a prática clínica nos diferentes casos. Sim, tratam-se perguntas ambiciosas e respostas complexas, suficientes para acompanharem o praticante por toda uma vida de prática clínica, bem como por todo um percurso analítico. Mas, é necessário precisar um ponto de partida, que mesmo não pretendendo abarcar quaisquer dessas interrogações concretamente, as coloca em seu horizonte.

Neste ponto, se assenta a ida à universidade e ao campo acadêmico. A prática da pesquisa e da elaboração textual apontou que se fazia necessário um recorte, não enquanto mera restrição teórica e bibliográfica, mas como estratégia de tornar o caminho possível e frutífero. No movimento de frequentar os escritos já publicados sobre o tema, uma abordagem se sobressaiu, a de percorrer a questão do diagnóstico em psicanálise na sua condição de ser estrutural.

É possível e necessário situar melhor. Freud, na constante elaboração da teoria e técnica da psicanálise, toca o tema do diagnóstico sob diferentes aspectos e em diversos contextos. Nos seus conhecidos Artigos sobre a Técnica, que datam de 1911 a 1915, não poupa esforços em apontar a necessidade da elaboração do diagnóstico na condução dos tratamentos. Para tanto, Freud lança mão do que nomeia de ‘entrevistas preliminares’ objetivando cernir se tal caso é apropriado ou não à intervenção da psicanálise. Também indica uma série de contraindicações que, se mal lidas, indicariam uma indisposição por parte do autor vienense, mas que, se tomadas a sério, apontam para o cuidado e a responsabilidade daqueles que praticam a psicanálise.

Não se pode deixar de sublinhar, também, que a questão do diagnóstico se faz presente em Freud na exposição de seus casos clínicos. Se é claro a todos que a psicanálise surgiu da prática médica de Freud e da sua perseverança em escutar e analisar, seus relatos de casos são terreno fértil para as elaborações acerca da constituição psíquica de seus pacientes.

Basta verificar como ele intitulou os textos referentes aos cinco principais casos que pesquisou, foram eles: Fragmento da análise de um caso de histeria (1905[1901]); Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909); Notas sobre um caso de neurose obsessiva (1909); Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (Dementia Paranoides) (1911); e História de uma neurose infantil (1918 [1914]). Tais casos, que vieram a ser conhecidos, respectivamente, como o caso Dora, o Pequeno Hans, o Homem dos Ratos, Schreber e o Homem dos Lobos, levam em seus títulos a presença de uma elaboração diagnóstica. Tratava-se, de uma histeria, uma fobia, uma neurose obsessiva, uma paranoia e uma neurose infantil.

Além desta abordagem ao tema, a questão do diagnóstico se fazia presente em Freud, mais uma vez, em textos doutrinários acerca da natureza e especificidade da psicanálise. É possível encontrar em sua obra, elaborações acerca das diferenças entre a sua disciplina e as práticas clínicas e diagnósticas da medicina, mais especificamente da psiquiatria.

Freud explicitamente dedicou-se a relação entre a psiquiatria e a psicanálise frente às doenças nervosas em 1917, na conferência XVI de suas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise, a qual leva justamente o nome de “Psicanálise e Psiquiatria”. Nesse trabalho, afirma que, a princípio, nada opõe as duas disciplinas no que concerne à sua natureza, pois que considera a relação entre a psicanálise e a psiquiatria aproximada ao vínculo entre a histologia e a anatomia. Ou seja, que enquanto uma - anatomia, na sua correlação com a psiquiatria - estuda as formas externas dos órgãos, a outra - a histologia, na sua correlação com a psicanálise - estuda a estruturação em tecidos e células.

A diferenciação de ambas as disciplinas se exemplifica quando Freud (1917) aponta que, diante de um caso, o psiquiatra se ocupa de caracterizar os sintomas em algum aspecto essencial, sem, no entanto, dar a devida atenção ao que o paciente teria a dizer e estabelecendo com ele pouco contato. Sua prática visa, exclusivamente, o estabelecimento de um diagnóstico e um prognóstico, de modo que toca superficialmente a qualquer inferência acerca do conteúdo dos sintomas, agregando-lhes uma etiologia remota e geral, frequentemente vinculada a uma hereditariedade.

Já o psicanalista, Freud diz (1917), se ocupará de buscar o sentido, a necessidade e a etiologia para além da doença dos sintomas apresentados. Isto é, no campo do sentido, compreende que haviam motivos fundamentados e um ajuste a ser feito na experiência emocional do paciente para que determinado quadro se instalasse. No que concerne à necessidade, trata-se de uma reação a um processo mental inconsciente. E no que compete à etiologia, entende-se que algo por trás da doença aparente inequivocamente a determina.

Clastres (1990) aponta que a medicina tende a enquadrar o sintoma na categoria do dominável, isto é, pode ser nomeado e nele incidido diretamente sob os ideais da mestria. O sintoma analítico, por sua vez, não é da ordem do dominável, mas justamente o fracasso disso. A separação da clínica tradicional e da clínica analítica está posto no que, na psicanálise, a elaboração acerca do e o próprio sintoma se dá sob transferência. Sem a qual – a transferência –, não poder-se-ia saber como um sintoma está estruturado.

Assim, de um lado há a medicina enquanto prática orientada pelos fenômenos que incidem sobre o corpo e, por consequência, o diagnóstico médico se dando através do reconhecimento dos fenômenos que causam uma determinada doença. Figueiredo e Tenório (2002), debruçando-se justamente sobre a diferença entre as práticas diagnósticas, afirmam que o diagnóstico em psiquiatria vai se dar por uma agregação de sintomas, fazendo dessa especialidade uma clínica do olhar.

A contrapartida, a clínica da escuta, está ao lado da psicanálise e é ofício do psicanalista fazer falar, possibilitando assim que compareça o sujeito. O método psicanalítico - a associação livre - é a formalização do privilégio dado à fala, posto que é por meio dela que o sujeito do inconsciente emerge.

Os autores Figueiredo e Machado (2000) auxiliam neste ponto, pois apontam que na psicanálise o fenômeno não tem o mesmo valor de verdade e não se trata, portanto, de agir como um leitor de fenômenos. A clínica psicanalítica, por sua vez, opera com o que se apresenta da realidade psíquica nos desdobramentos da fala – no discurso – de um sujeito e é justamente a partir dessa fala dirigida ao analista, em transferência, que poderá o praticante nomear o modo

de incidência do sujeito na linguagem. Não mais fenomenológico, aqui o diagnóstico aparece como estrutural, ou seja, enquanto nomeação da estrutura do paciente que incide diretamente na direção do tratamento.

É da visada freudiana de ir para além da descrição direta das observações, para além da aparição sintomática, que Lacan irá discutir as estruturas clínicas. Isto é, do que Freud ensina sobre os efeitos do modo de entrada e passagem pelo Complexo de Édipo e posicionamento frente à castração, que Lacan irá situar o ponto a partir do qual a estrutura se organiza. De modo que, no diagnóstico estrutural, trata-se da extração da estrutura do sujeito, de cernir no discurso o que funciona ali como operador estrutural, ou seja, aquilo que diz do modo como o sujeito lida com a castração (FIGUEIREDO E MACHADO, 2000).

No entanto, neste ponto, uma advertência se impôs para a presente pesquisa. Na medida em que se diz que a psicanálise de Freud e de Lacan toma a questão diagnóstica, diferentemente da medicina, pelo viés estrutural, cabe a pergunta sobre o que, mesmo, se diz, quando se diz isto. Ou melhor dito, quando se fala em estruturas clínicas, o que são elas? Afinal, o que é o conceito de estrutura?

Foi dito que a questão do diagnóstico em psicanálise era a questão disparadora desta pesquisa, pois bem, agora ela é alçada à categoria de horizonte ou até mesmo de atravessamento do escrito, uma vez que as novas perguntas supracitadas, acerca da noção de estrutura são, invariavelmente, suas antecessoras. De modo que, a problemática diagnóstica não desaparece, mas cede lugar a elaborações necessárias para seu devido e rigoroso esclarecimento.

Será visto que Lacan não extrai o termo estrutura e tampouco seu conceito e emprego do dicionário, como se o fizesse de maneira aleatória. E, sim, encontra-o no movimento estruturalista, que alcançou seu êxito na França dos anos de 1950 a 1960. O estruturalismo será abordado ao longo deste trabalho, mas ainda mais especificamente na sua primeira metade, no primeiro capítulo.

Ver-se-á que este movimento entra em plena ascensão por se apresentar como um método rigoroso de investigação científica nas ciências humanas. Esta explicação virá a compor, portanto, a primeira seção do Capítulo I, intitulado de A história do movimento estruturalista nas ciências humanas. Na qual, se evidenciará como o estruturalismo não se caracteriza como um conjunto de saberes em si, que unifica a um grupo específico de pensadores.

A visada estruturalista se constitui justamente pela somatória, mas também pela diversidade de seus autores, os quais compõem o quadro estruturalista a partir de ideias, disciplinas e personalidades distintas. A tal ponto que as perguntas ‘O que foi o estruturalismo?’

e ‘Quem foram os estruturalistas?’ acabam por se sobrepor, coincidir. Portanto, a sequência do capítulo não poderia ser outra que não a exploração justamente destes personagens, em uma interpolação entre suas histórias pessoais e profissionais e as disciplinas a que pertencem.

Serão abordados três deles e cada um por justificativas bastante claras e inerentes à pesquisa e ao campo aqui delineados. Advertida da complexidade que concerne a cada uma das biografias pesquisadas e a cada uma das disciplinas abordadas, a pesquisa aqui construída pretende, apenas, apresentá-las e discuti-las – as biografias e as disciplinas – de forma a orientar o seu objetivo. O que se determina por, perseguindo o caminho do estruturalismo e de seus personagens principais, chegar até Lacan.

O primeiro autor pesquisado será, e não poderia ser diferente, Ferdinand de Saussure, o linguista genebrino de meados do século 19, a quem se concede o título de pioneiro do movimento estruturalista e a quem Lacan irá recorrer em suas elaborações sobre o campo da linguagem, por consequência, da estrutura.

Na sequência, Roman Jakobson será abordado justamente pela leitura que faz de Saussure, pela formalização que concede ao conceito de estrutura e pela instauração propriamente dita do estruturalismo no campo das ciências humanas. No entanto, seu valor residirá, acima de tudo, por ele ter exercido a ponte entre a linguística e a antropologia, ou seja, pelo fato de que sua releitura de Saussure incide e culmina na sua troca com Lévi-Strauss. Mais ainda, quando se tratar de Lacan, será verificada o papel de Jakobson em um segundo momento de Saussure pelo psicanalista.

Naturalmente, Lévi-Strauss será o terceiro autor fora da psicanálise a ser investigado na primeira parte deste trabalho e seu lugar neste escrito é garantido por ser ele a indiscutível figura central do estruturalismo. Não obstante, é do encontro com o conhecido antropólogo que Lacan irá alçar seu ensino e releitura de Freud a patamares sem precedentes.

Este primeiro percurso do trabalho se encerra, então, com uma retomada do que fora apresentado em forma de discussão acerca do estruturalismo. Gilles Deleuze aparece como autor central nesse momento, pois que seu texto intitulado ‘Em que se pode reconhecer o estruturalismo?’ (1972) é de grande relevância e clareza, auxiliando na formalização da noção do que foi o estruturalismo, do que concerne o conceito de estrutura e quais são alguns de seus aspectos mais importantes.

Uma vez percorrido este caminho, será possível chegar até o personagem e a disciplina de Lacan. Inspirados na metodologia de exposição utilizada até então, Lacan também será abordado desde excertos de sua história de vida, mas especialmente desde sua prática clínica,

seu ensino e sua doutrina. Em um primeiro momento, ‘Comentários biográficos’ objetivará dar conta da contextualização do psicanalista francês que fundamenta a presente leitura de Freud.

O segundo ponto do capítulo II, então, pretende delinear o que ficou conhecido no ensino de Lacan por ‘Retorno a Freud’. Esta delimitação justifica-se na medida em que, como dito, é no estruturalismo – do encontro com Lévi-Strauss, da fundamentação na linguística saussuriana e de Jakobson – que Lacan irá encontrar os elementos que lhe faltavam para reler Freud, formalizar seu ensino e propor a formação em psicanálise diferentemente do modo como esta vinha sendo empregada na França na época.

Por fim, será demonstrado como Lacan procede na transposição dos conceitos, fundamentos e leis da linguística para a psicanálise. Porque pôde verificar que as noções de metáfora e metonímia dizem respeito ao próprio funcionamento das manifestações do inconsciente, Lacan pôde afirmar que o inconsciente é estruturado como linguagem. A demonstração é, no entanto, de que não se trata de que as leis da linguagem sejam análogas às leis do inconsciente, mas sim, de que são as mesmas leis.

Isso posto, mais uma vez, cabe afirmar que, se o trabalho a ser realizado irá se afastar da questão do diagnóstico em psicanálise, será em nome da rigorosidade em pesquisar o tema, em virtude da seriedade com que Lacan propôs uma leitura de Freud que não é aleatória e qualquer, mas exigente. Ainda assim, uma pesquisa que se deixa atravessar por uma questão, mesmo que esta não se apresente materialmente, permite a interface com disciplinas menos usuais (para além da medicina, neste caso) e propicia que a questão se relance. Está adiada, portanto, mas sua origem se estrutura desde aqui, podendo-se considerar que não se trata de um abandono do elemento disparador e sim, justamente, de sua sustentação.

2. CAPÍTULO I: A HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTRUTURALISTA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Para que se faça possível, no futuro do presente texto, situar a influência e a inserção, mais propriamente, a inspiração de Lacan no movimento estruturalista, com vistas a investigar a rigorosidade proposta em seu ensino e a radicalidade que disso decorre, faz-se necessário um retorno às origens desse estilo de pensamento e a determinados pontos das obras de alguns de seus mais célebres autores.

A pesquisa acerca do que foi o estruturalismo aponta para uma diversidade de opiniões não só no que diz respeito a sua forma de operar, quanto no que concerne à adesão a esse movimento. Quanto a isso, Merquior (1991) afirma que dada a gama de áreas intelectuais que compõem o estruturalismo, este não se apresenta enquanto um movimento unificado e tampouco uma escola, mas algo mais próximo de um estilo de pensamento da ala humanista.

É possível recolher que diversos textos e livros dedicados ao estudo do estruturalismo seguem, de certa forma, um mesmo modo de explanação. Isto é, ocupam-se de delimitar o conceito de estrutura, situam o movimento na história e dedicam-se às obras de seus autores. Dosse (1993) ensina que para se ter acesso às principais orientações desse período é indispensável reconstituir a pluralidade das abordagens e das personalidades que o compõe, buscando revelar a sua matriz.

Isso posto, vale, nesse capítulo, percorrer a obra de François Dosse intitulada História do Estruturalismo (1993), mais especificamente, o primeiro de seus dois volumes - O campo do signo (1945-1966) - e o livro de Jean-Claude Milner (2003), El Periplo estructural: figuras y paradigmas, no que generosamente os autores apresentam o desenvolvimento dessa corrente e abarcam a história de seus mais importantes pensadores. Não serão dispensados demais estudiosos e comentadores do tema e, tampouco, serão excluídos determinados momentos das obras dos autores no original.

Antes de adentrar ainda mais na história, vale assinalar que o conceito de estruturalismo deriva do termo estrutura - *structura* em latim, do verbo *struere* - e nasce no campo da arquitetura, no qual seu sentido diz respeito à maneira como um edifício é construído. Nos séculos XVII e XVIII o conceito se amplia e avança as fronteiras de outras áreas do pensamento, assumindo então o sentido de descrição, novamente, da maneira como as partes de um ser organizam-se em uma totalidade. Vê-se neste ponto, como o conceito se estende por analogia aos seres vivos. Já é possível sublinhar, nessa passagem, que se trata de um olhar para a

interação das partes, para um funcionamento, que compõem um todo, muito além do que para a totalidade em si, meramente enquanto soma das partes que o compõem (DOSSE, 1993).

A partir do escrito de Merquior (1991) pode-se ser mais detalhista na definição de estrutura e sua incidência nos campos do pensamento, quando o autor aponta que, no seu sentido arquitetônico, estrutura denota o modo como as partes formam o todo. Já no seu sentido orgânico há uma ênfase em que os componentes estão ligados uns aos outros como nas formas vivas. E, por fim, no seu sentido matemático, o conceito aponta para um conjunto de relações abstratas definidas de modo formal e supõe um modelo válido para diferentes conteúdos. A esse último sentido é que o autor vincula o estruturalismo enquanto teoria, ou seja, uma teoria da estrutura em seu sentido formal.

Dosse (1993), mas não sozinho no coro dos autores que investigam o tema, afirma que o êxito do estruturalismo se deve ao fato de que este se apresentou como um método rigoroso concernente às ciências humanas, agindo, por sua vez, pela via da contestação e da contracultura em relação aos modelos clássicos das humanidades. O estruturalismo correspondeu, assim, a um anseio pelo modernismo, foi efeito de uma busca por novos modelos, bem como consequência de uma rejeição da produção cultural ocidental tradicional e um meio de ancoragem a um modelo científico. O consenso, no que diz respeito ao estruturalismo, é que a linguística foi sua ciência-piloto, justamente na medida em que foi dela que se obteve a orientação para a aquisição científica das ciências sociais.

O estruturalismo ascendeu a um êxito nos anos 50 e 60 sem precedentes no campo intelectual na França, pois contou com a adesão da maior parte da *intelligentsia* do país naquele momento. No entanto, cabe a pergunta: por quê? Qual teria sido o contexto no qual uma corrente, como foi o estruturalismo, se fez surgir? Dosse (1993) aponta que isso assim se sucedeu como efeito posterior de ruptura com Jean-Paul Sartre, já que a queda da figura tutelar de Sartre vai, por sua vez, provocar uma crise na filosofia, um contestamento do existencialismo e uma virada às ciências sociais ascendentes. Vê-se que Merquior (1991) é enfático a esse respeito quando coloca que “a difusão do estruturalismo como um novo modismo intelectual parisiense no início e em meados dos anos 60 foi um violento ataque ao modo de pensar associado ao existencialismo” (p. 14). Isso porque as duas tônicas do pensamento existencialista - o humanismo e o historicismo - coincidem com dois pontos de crítica do estruturalismo.

A grande especificidade do estruturalismo talvez esteja justamente no que Milner (2003) aponta ao assinalar que o programa de investigações estruturalista não existia previamente a seus autores principais, por quem o estruturalismo não foi encontrado, mas sim inventado e em virtude de decisões bastante particulares. Esse aspecto do movimento vai lhe conceder uma

série de especificidades conceituais e de aplicação do método, visto que muitos serão os seus redatores, mas, por outro lado, será possível verificar certa “comunidade de linguagem” (DOSSE, 1993, p. 17). Isto é, a impressão de que se está diante de um mesmo livro apesar das variações de estilo e de disciplinas de seus autores. Não é, portanto, excessivo afirmar que o estruturalismo nasce de múltiplos fatores, dentre os quais os encontros pessoais e fortuitos de grandes personagens foi condição *sine qua non*.

Em 1972, Deleuze intitula um de seus textos de *Em que se pode reconhecer o estruturalismo?* e nele, logo de início, subverte a pergunta sobre o que é o estruturalismo em ‘*quem é estruturalista?*’ (p.221). É, então, o caráter de indissociabilidade das disciplinas de seus respectivos autores que inspira no presente texto a abordagem mais aprofundada e pormenorizada do que foi o estruturalismo pela via da investigação de três de seus principais autores, são eles: Ferdinand de Saussure, por ter sido seu iniciador, Roman Jakobson por ser responsável pelo intercâmbio efetivo entre a linguística e a antropologia e Lévi-Strauss pelo seu inegável protagonismo no pensamento estruturalista.

Em suma, justifica-se a escolha dos autores supracitados para auxiliar na elucidação do que foi o estruturalismo, visto que é reconhecido e consensual o seu surgimento nos progressos da linguística no início do século XX - a qual verdadeiramente pode reivindicar o nome de ciência, sob o argumento de ter formulado um método positivo e conhecer a natureza dos fatos submetidos à sua análise - e porque é através da antropologia estrutural que se dará a efetiva passagem do modelo linguístico aos demais fenômenos sociais (CUNHA, 1981).

2.1 FERDINAND DE SAUSSURE: O INÍCIO

Se o estruturalismo engloba um fenômeno muito diversificado, mais do que um método e menos do que uma filosofia, ele encontra seu cerne, sua base unificadora no modelo da linguística moderna e na figura daquele que é apresentado como seu iniciador: Ferdinand de Saussure (DOSSE, 1993, p. 65).

Ferdinand de Saussure nasceu em Genebra em 1857 e desenvolveu seus estudos na Alemanha, mais especificamente nas cidades de Leipzig e Berlim, entre os anos de 1876 e 1880, dedicando-se à investigação da linguística indo-européia. Em virtude de desavenças com os círculos científicos alemães, transportou sua carreira e suas investigações para Paris, onde encontrou espaço para o seu ensino. Em 1891 retornou à Genebra, onde passou a lecionar na universidade e permaneceu até seu falecimento em 1913 (MILNER, 2003).

De acordo com as pesquisas de Milner (2003), o nascimento de Saussure o preparou para reassumir a função que esteve, desde antes, presente nos círculos de Genebra, a saber,

enlaçar entre si as culturas francesa e alemã. Por conta da evidente superioridade científica das universidades alemãs da época, em primeiro lugar, isso significava tornar público ao povo francês as investigações transcorridas na Alemanha. Porém, significava também submeter essas investigações a regras expositoras claras e sistemáticas. Esse enlaçamento resultou, enquanto efeito, em Saussure a intenção, não somente em expor os princípios de uma ciência de maneira clara, mas também de fundá-la na razão e em rigorosos conceitos.

Milner (2003) ressalta a enorme insatisfação de Saussure diante da linguagem técnica que a linguística produzia até então, o que por sua vez, afirma o autor, teria resultado em uma dificuldade em publicar por parte do autor genebrino, mantendo-se distante dos grandes projetos de síntese realizados pela linguística alemã da época.

Sua obra, o hoje conhecido, Curso de Linguística Geral (CGL)¹ foi publicada postumamente, em 1916, tendo sido também redigida após sua morte por seus alunos Charles Bally e Albert Séchehayé, a partir de notas tomadas em três cursos ministrados por Saussure entre os anos de 1906 e 1911. No prefácio à edição brasileira do livro, o redator salienta que, na verdade, os editores do Curso tiveram acesso a notas realizadas por outros alunos de Saussure. De modo que, assim como Saussure passou a ser o autor de uma obra sem dela ter escrito uma só página, o estruturalismo surge no Curso de Linguística Geral sem nele estar, posto que tampouco a palavra estrutura foi utilizada por ele, mas apenas o termo sistema.

Ao tomar por inspiração a estrutura de exposição do Curso de Linguística Geral cabe, antes de qualquer avanço, formalizar aqui o que é a sua disciplina - a linguística. Para tanto, Saussure (CLG) recorre à história do pensamento em torno dos fatos da língua, marcando que esta se deu em três fases sucessivas antes de vir a conhecer seu verdadeiro objeto. A primeira destas fases, inaugurada pelos gregos, é o que se chamava de Gramática, a qual se baseava na lógica e era desprovida de uma visão científica da língua, visando apenas formular regras tais que distinguissem as formas corretas das incorretas. Essa disciplina normativa é intitulada no livro de Castelar de Carvalho (1987) como a Fase Filosófica que, apesar das ressalvas em concordância com Saussure, o autor sublinha seu mérito em ser precursora no pensamento linguístico.

A segunda fase - a Filologia - surgiu em Alexandria, por volta do século II a.C., mas se vinculou principalmente à escola alemã de Freiderich August Wolf a partir de 1777. Para Saussure, a Filologia não tem a língua como seu único objeto, pois quer fixar, interpretar e

¹ A edição do Curso de Linguística Geral utilizada neste escrito não traz em si uma data de publicação, razão esta pela qual optou-se por utilizar suas iniciais para se referir ao texto e não o ano.

comentar os textos, ocupando-se da história e tendo a crítica como seu método. Apesar de seus estudos prepararem o terreno para a Linguística histórica, seu ponto de vista crítico apresenta-se como falho na medida em que se apega demasiadamente à língua escrita e deixa de lado a língua falada (SAUSSURE (CLG); CARVALHO, 1987).

O terceiro período da evolução do estudo dos fatos da língua, Saussure (CLG) localiza na origem da Filologia comparativa ou da Gramática comparada, o qual Carvalho (1987) vai nomear de Histórico-Comparatista. Este se inicia com a constatação de que as línguas podem ser comparadas entre si, a partir da descoberta do sânscrito entre 1786 e 1816 e sua relação de parentesco com as línguas germânicas, eslavas e célticas. Essa fase conta com Franz Bopp como um nome de destaque, posto que foi ele quem compreendeu que as relações entre as línguas afins pode vir a ser matéria de uma ciência autônoma. Para Saussure (CLG), apesar do mérito por ter-se iniciado um novo campo de investigação, essa escola não alçou a verdadeira ciência da linguística na medida em que não se preocupou em determinar a natureza de seu objeto de estudo, deixando de se perguntar o que significavam as comparações que fazia.

Saussure (CLG) vai colocar que é em 1870 que se passa a questionar as “condições de vida das línguas” (p.11), relegando à comparação seu status de meio, de método para reconstituir fatos e como sendo apenas um dos aspectos do fenômeno linguístico. A linguística, portanto, nasce do estudo das línguas românicas e germânicas e localiza-se em Whitney (autor norte americano) o primeiro impulso em colocar em perspectiva histórica os resultados da comparação e, assim, encadear os fatos em sua ordem natural. De modo que, a partir desse momento, a língua deixa de ser vista como um organismo que se desenvolve por si e passa a ser entendida como “produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos” (p.12).

O que fora apresentado acima serve, especialmente, para fazer notar a rigorosa intenção saussuriana de formular sua disciplina científica - levantando méritos e críticas de seus antecessores e com eles aprendendo -, esforço esse familiar àqueles que se ocupam da psicanálise e da história do movimento psicanalítico, com vistas às rigorosas posturas de Freud e Lacan na aplicação do método e na formalização do ensino. Carvalho (1987) afirma que o grande mérito de Saussure está justamente no seu caráter metodológico, o qual é, justamente, um prolongamento de sua personalidade perfeccionista. Assim como em psicanálise, obra e autor não se separam, aquela sendo efeito deste.

Uma vez abarcadas tais questões, é possível agora ocupar-se da linguística de Saussure e seus aspectos principais, de acordo com o que consta no seu Curso de Linguística Geral.

Para Saussure (CLG) a linguística é a matéria constituída por todas as manifestações da linguagem humana em todas as suas formas de expressão - no tempo, no espaço e na sua

apresentação (falada ou escrita). À linguística cabe, então: 1. Descrever e historiar todas as línguas possíveis; 2. Buscar as forças em jogo nas línguas e delas deduzir suas leis gerais; 3. E, por fim, delimitar-se e definir-se a si própria.

No que concerne a seu objeto, Saussure (CLG) afirma enfaticamente que, diferente de algumas outras áreas do pensamento, é o ponto de vista que o cria e não o contrário e o situa precisamente na língua. “É necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem.” (SAUSSURE, CLG, p.17).

Por língua - o objeto da linguística - Saussure (CLG) entende o produto social da linguagem e uma parte essencial dela, bem como o conjunto de convenções necessárias e adotadas pelo corpo social para possibilitar o exercício da faculdade de linguagem. Isso resulta em compreender que a língua é exterior ao indivíduo e este, por si só, não pode nem criá-la e nem modificá-la, pois que ela só existe enquanto contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade. É, portanto, um todo em si e um princípio de classificação.

Saussure (CLG) subverte aí a noção de que a linguagem é uma faculdade natural ao homem, posto que o que lhe é dado é justamente a faculdade de constituir uma língua, algo como uma faculdade linguística por excelência. É a partir disso que vai nomear o que fora posteriormente extraído pelo estruturalismo, a saber, que a língua é “um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas.” (SAUSSURE, CLG, p.18). Sistema de signos esse que é formado pela união do sentido e da imagem acústica e que conhece somente sua ordem própria.

Como é esperado, Saussure (CLG) esforça-se por delimitar seus conceitos com notável rigor. Afirma que, na medida em que a língua não é somente uma nomenclatura, ou seja, que não se trata de uma lista de termos que correspondem a coisas, a língua não liga, justamente, uma coisa a uma palavra, mas, sim um conceito a uma imagem acústica. Nesse ponto, Carvalho (1987) auxilia a compreensão quando aponta que o que Saussure chama de sentido é o mesmo que conceito ou ideia, ou seja, a representação mental de um objeto ou da realidade social. Por imagem acústica tem-se que esta não se identifica ao som, como coisa puramente física, mas à impressão psíquica desse som.

Por consequência, se o signo linguístico é assim formado, ele é em si uma entidade psíquica de duas faces. Duas faces essas que Saussure (CLG) irá prontamente renomear e designar por significado - onde situou antes o conceito - e significante - onde antes chamou de imagem acústica. Carvalho (1987) sublinha que os dois elementos estão intimamente ligados e um reclama ao outro, isto é, são interdependentes e inseparáveis, de modo que o significante seria a parte perceptível do signo e o significado a sua contraparte inteligível. Nas palavras de

Milner (2003), o significante corresponde ao representante psíquico da materialidade fônica e o significado é o que permite se imaginar que existem representações de coisas.

Além de uma composição dupla, Saussure (CLG) vai demonstrar que o signo linguístico exhibe também duas características primordiais: a arbitrariedade do signo e o caráter linear do significante.

O primeiro princípio - a arbitrariedade do signo linguístico - exprime que o laço que une um significante a um significado é arbitrário, o que significa dizer axiomáticamente: “o signo linguístico é arbitrário” (SAUSSURE, CLG, p.81). Por arbitrário Saussure (CLG) compreende que não se trata da ideia de que o significado depende livremente da escolha daquele que fala, mas de que o significante é imotivado - arbitrário, portanto - em relação ao significado, ou seja, não estabelece com ele um laço natural.

De modo que a ideia (significado) de um termo não está ligada por uma relação anterior à sequência de sons desse termo (significante), posto que poderia aquela ser representada por qualquer outra sequência sem importar qual. A prova mais nítida disso é a existência de diferentes línguas no mundo.

Para Carvalho (1987), Saussure pretendia com isso afirmar que não existe significante verdadeiro, isto é, qualquer um é válido. Vale ressaltar, junto a este autor, que o signo como um todo só tem valor quando dentro de um determinado sistema linguístico, do qual é parte integrante, de modo que a comparação entre termos em línguas diferentes não invalida o princípio da arbitrariedade do signo.

O segundo princípio do signo linguístico - o caráter linear do significante - indica que o significante (na sua natureza auditiva) desenvolve-se no tempo e dele toma suas características. Isto é, representa uma extensão e essa extensão é mensurável numa dimensão única, uma linha. Isto implica em dizer que os significantes não seguem simultaneamente em várias dimensões, mas dispõem de uma linha do tempo, que seus elementos se apresentam um após o outro: em uma cadeia (SAUSSURE, CLG).

Mais uma vez, Carvalho (1987) contribui à leitura da obra saussuriana quando ressalta que a linearidade diz respeito ao significante e não ao significado, e que, portanto, somente a parte material do signo é linear. Adenda, ainda, que o pensamento, por sua vez, não tem partes, não é sucessivo, somente se tornando linear na medida em que se concretiza nas formas fônicas do significante.

A fim de salientar a questão do significante e do significado em Saussure e no que isso será futuramente abordado, apropria-se aqui da argumentação de Dosse (1993) quando aponta que Saussure não concede nenhuma prevalência do significante em relação ao significado, mas

os considera indissociáveis. O significante define-se por sua presença sensível, ao passo que o significado é marcado por sua ausência, sendo o signo, portanto, ao mesmo tempo marca e carência. Aqui reside um grifo para elaborações futuras, posto que esta questão será recorrentemente abordada pelos autores a serem trabalhados no presente texto: Jakobson, Lévi-Strauss e, especialmente, Lacan.

Outras dicotomias ainda se fazem presentes na obra saussuriana, dentre elas faz-se presente a comparação e a diferenciação entre a língua e a fala: *langue* e *parole*, como o autor nomeia. Carvalho (1987) detém-se detalhadamente sobre essa questão e assinala em Saussure que, de modo geral, a língua está no campo social e a fala, por sua vez, no campo individual, o que, por consequência, reflete em demais diferenças.

Por um lado, entende-se por língua o acervo linguístico que permite que alguém compreenda e se faça compreender, guardando em si toda a história acumulada por um povo. Mas, a língua não está completa em um só indivíduo, apenas na massa é que ela existe de modo completo, sendo assim realidade psíquica e instituição social. É, portanto, um sistema, um código, imposto aos indivíduos, os quais não a criam e nem a modificam conscientemente (CARVALHO, 1987).

A fala, por sua vez, é um “ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE, CLG, p. 22). É, por assim dizer, o lado executivo da linguagem e cuja execução é sempre do indivíduo, é a própria língua em ação. Por se classificar como múltipla, imprevisível e irredutível, a fala não constitui um sistema. Assim Saussure justifica, mais uma vez, porque o objeto da linguística é, não a fala, mas a língua, posto que só pode estudar - para a ciência, para a linguística e para o estruturalismo - o que é recorrente, constante e sistemático.

Em virtude da qualidade de sistema da língua, Carvalho (1987) reafirma que todo elemento linguístico deve ser estudado a partir das suas relações com os outros elementos do mesmo sistema e por sua função nele. Tem-se aí claramente o berço do conceito de estrutura, conforme se verá futuramente, mas que exige desde aqui o grifo.

A segunda bifurcação (sendo que a primeira dividiu língua e fala) da linguística dirá respeito ao método de pesquisa a ser adotado. “Foi necessário, primeiro, escolher entre a língua e a fala; agora, estamos na encruzilhada dos caminhos que conduzem, um à diacronia, outro à sincronia.” (SAUSSURE, p. 114). Essa dualidade impõe a necessidade de dividir a linguística em duas partes, cada uma com seu princípio próprio: a Linguística Sincrônica e a Linguística Diacrônica.

Por sincronia entendem-se as simultaneidades, as relações entre coisas coexistentes e que excluem toda intervenção do tempo. Já a diacronia trata das sucessões, daquilo que só pode

considerar uma coisa de cada vez. Ao transpor isso para o campo da linguística incide que no eixo da sincronia o linguista deve estudar as relações entre os fenômenos existentes ao mesmo tempo em um determinado momento do sistema linguístico, tudo que se relacione ao estado da língua. Ao passo que, no eixo das sucessividades, o linguista se ocupa do estudo da relação de um fenômeno e outros fenômenos anteriores ou posteriores, tudo que se relacione à evolução (CARVALHO, 1987; SAUSSURE, CLG).

Bastaria retomar o conceito de sistema para justificar a eleição saussuriana pela prevalência da sincronia à diacronia. Entretanto, cabe elaborar a argumentação junto ao autor quando aponta que não se pode descrever e nem mesmo fixar normas para uma língua sem que haja um estado determinado. Saussure (CLG) busca comprovar que os fatos diacrônicos são acontecimentos na história que tem razão de ser em si mesmos, não alteram, portanto, os sistemas a que pertencem, o que não quer dizer que não os condicionem.

De maneira a esclarecer, então, no que Saussure (CLG) elege a sincronia deixa de se preocupar com o processo pelo qual as línguas se modificam e passa a investigar o modo como elas funcionam (CARVALHO, 1987). Dosse (1993) comenta este ponto e argumenta que tal postura em favor da sincronia, que rompe com o modelo comparatista e da filosofia clássica, relega à diacronia a condição de derivada e a evolução de uma língua - sua história - passa a ser concebida como a passagem de uma sincronia a outra.

Para justificar a explanação acima e introduzir a que se segue, retoma-se aqui a razão pela qual Saussure (CLG) vê a necessidade de diferenciar as duas disciplinas - linguística sincrônica e diacrônica. Trata-se de uma necessidade interior à sua ciência, posto que se está perante a noção de valor, isto é, trata-se de um sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes: um significante e um significado. Carvalho (1987) coloca “O ter outorgado papel preponderante ao estudo sincrônico repousa na sua conceituação fundamental de língua como sistema de valores” (CARVALHO, 1987, p. 89). A esse respeito, cabe a investigação acerca do valor do signo.

Foi possível aprender, então, que a linguística sincrônica adotada por Saussure (CLG) tem por objeto estabelecer os princípios fundamentais do sistema do qual se ocupa e os fatores constitutivos do estado da língua. No entanto, aponta Saussure (CLG) a língua tem um caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades imediatamente perceptíveis, mas é uma massa distinta que somente por uma análise atenta pode encontrar seus elementos particulares. A fim de determinar qual a natureza dos fatores constitutivos da língua, Saussure (CLG) lança mão, mais uma vez, de algumas distinções.

Saussure (CLG) ensina que não se trata de uma questão de identidade material, tampouco de uma semelhança de sentido no emprego das palavras. Ou seja, explica que o que funda a entidade da língua não é sua condição puramente fônica e tampouco sua correspondência com os conceitos. Vale aqui emprestar o exemplo contido no Curso para esclarecer a questão:

“Falamos de identidade a propósito de dois expressos ‘Genebra-Paris, 8hrs45 da noite’, que partem com vinte e quatro horas de intervalo. Aos nossos olhos, é o mesmo expreso, e no entanto, provavelmente, locomotiva, vagões, pessoal e tudo é diferente” (SAUSSURE, CLG, p.126).

Portanto, o que a citação acima ensina é que o vínculo entre o emprego dos termos - no exemplo a mesma palavra ‘expreso’ - não se baseia em sua identidade material, mas em condições estranhas à sua matéria.

Tampouco é o caso - na apreensão das entidades da língua - de ater-se à distinção das palavras na sua classificação gramatical de substantivos, adjetivos e etc. Saussure (CLG) vai apontar que sim, trata-se da distinção das partes do discurso para classificar as palavras da língua, mas que a definição nesses termos (substantivos, adjetivos e etc.) é defeituosa e incompleta. O sistema deve ser abordado, então, pelo aspecto do valor, seu aspecto primordial, por excelência.

Carvalho (1987) afirma que a noção de valor no Curso está ligada à ideia de forma. A língua não está na substância fônica, nem na substância gráfica e tampouco exclusivamente nos conceitos, posto que ela é justamente o domínio das articulações nas quais uma ideia se fixa a um som e um som se torna signo de uma ideia. No que trabalha no limite entre os elementos das duas ordens, configura-se, a língua, enquanto forma e não enquanto substância.

Já foi dito que o signo é a união de um significante a um significado, mas o que a coletividade vem a somar aí na constituição da língua é, pois, o estabelecimento da noção de valor, ou seja, a propriedade de representar uma ideia. Mas, não só. O valor se constitui em uma comparação com algo da mesma natureza, bem como das oposições entre os termos do sistema linguístico a que pertence. Em outras palavras, o valor de qualquer termo está determinado por aquilo que o rodeia.

Na sua qualidade conceitual, o valor é constituído por relações e diferenças com outros termos da língua, ao passo que na sua parte material o valor impõe que o que importa na palavra não é o som exclusivamente, mas justo as diferenças fônicas que permitem discernir esta de todas as outras. O que, por sua vez, equivale a dizer que “na língua só existem diferenças” (SAUSSURE, CLG, p. 139). Independentemente de se tratar do significante ou do significado,

estes não são preexistentes ao sistema linguístico, pois que a língua comporta apenas diferenças conceituais e diferenças fônicas.

Carvalho (1987) afirma ser possível generalizar que o valor existe tanto no plano do significante como no do significado, resultando em que “um significante só vale em relação a outro significante e um significado, diante de outro significado” (CARVALHO, 1987, p. 139).

Assim, pode-se concluir que um sistema linguístico é uma série de diferenças dos significantes combinadas com uma série de diferenças dos significados e que essa confrontação de um certo número de signos acústicos com as ideias culmina em um sistema de valores. Esse sistema, por sua vez, constitui o vínculo entre os elementos fônicos e psíquicos de cada signo (SAUSSURE, CLG).

Por fim, por se tratar de vínculos, relações e diferenças, cabe delimitar de que modo estas se desenvolvem e Saussure (CLG) vai apontar que é de duas maneiras. Essas duas esferas correspondem a duas formas da atividade mental, ambas são indispensáveis para a vida da língua e cada uma delas é geradora de ordem de valores.

A primeira a ser exposta aqui são as relações sintagmáticas, nas quais os termos estabelecem entre si combinações que se apoiam na extensão, tais combinações são chamadas de sintagmas. Isso determina que, baseado no caráter linear da língua, não é possível pronunciar dois elementos ao mesmo tempo, mas que é necessário encadear um após o outro em uma cadeia. De modo tal, que o sintagma é formado por duas ou mais unidades consecutivas e cada termo só adquire seu valor porque se opõe - em contraste - ao que o precede ou o segue ou ambos. Por exemplo: ‘re-ler’; ‘contra todos’; ‘a vida humana’; ‘Deus é bom’.

A outra relação que se estabelece entre os termos linguísticos é de natureza diferente, não se trata aqui de extensão, mas de associações. É uma relação fora do discurso, cuja morada está no cérebro do falante, e na qual os termos se associam na memória e formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. São, portanto, chamadas de relações associativas. Por exemplo: a palavra ‘ensino’ “fará surgir inconscientemente no espírito uma porção de outras palavras” (SAUSSURE, CLG, p. 143), como ensinar, educação, aprendizagem. De modo que, a relação sintagmática existe *in presentia* e a relação associativa existe *in absentia*.

Uma vez percorrido esse caminho, breve no que diz respeito a amplitude da linguística saussuriana, porém a princípio suficiente para fundamentar este trabalho, apoia-se aqui em Milner (2003) para a conclusão desse item. O autor expõe que os princípios que regem uma ciência e como Saussure pode ancorar sua disciplina nessa categoria.

Milner (2003), então afirma que a ciência é um discurso que se atém a três princípios: de unicidade do objeto e homogeneidade do domínio; de mínimo e máximo, no qual um número

máximo de teoremas deve ser deduzido de um número mínimo de axiomas; e de evidência, resultando em que todos os axiomas e conceitos devem ser evidentes. Em Saussure tais princípios são verificáveis na medida em que: o objeto da linguística é a língua; os axiomas se reduzem a um só - a língua é um sistema de signos; e os conceitos se reduzem ao conceito de signo (MILNER, 2003).

2.2 ROMAN JAKOBSON: A TRANSPOSIÇÃO

Eu
à poesia
só permito uma forma:
concisão,
precisão das fórmulas
matemáticas.
Às parlengas poéticas estou acostumado,
eu ainda falo versos e não fatos.
Porém
se eu falo
“A”
este “a”
é uma trombeta-alarma para a Humanidade.
Se eu falo
“B”
é uma nova bomba na batalha do homem.

(Maiakóviski, De “V Internacional”)

Conforme aponta o subtítulo desse item, bem como que já fora dito anteriormente, Jakobson se faz presente neste trabalho por três vias: a primeira que aponta para sua leitura e releitura de Saussure, uma segunda porque faz a ponte para compreender a entrada de Lévi-Strauss no estruturalismo e, mais à frente, pela sua presença na leitura de Lacan da linguística saussureana.

Se Merquior (1991) afirma que a linguística alcançou a maturidade científica com o surgimento da fonologia, cabe aqui a ressalva a seguir. Não se adentrará profundamente nos pormenores da complexa teoria de Jakobson justamente em consideração à amplitude e relevância da mesma e porque o interesse, aqui, reside em compreender sua importância histórica para o desenvolvimento do estruturalismo. No entanto, no decorrer da explanação, se farão presentes algumas elaborações do teórico russo, no que elas auxiliam uma leitura histórica e na compreensão dos demais autores, com a ressalva de que esta não é uma pesquisa situada no campo da linguística, mas em diálogo com ele.

No que diz respeito a sua biografia, Roman Jakobson nasceu em Moscou em 1896 e, desde muito cedo - aos 6 anos, mais precisamente, se interessou pela leitura de contos, era um

‘leitor furioso’ conta Dosse (1993). Sua capacidade intelectual desenvolveu-se em interlocução com o campo da arte, pois que, ainda muito jovem, aprendeu diversas línguas estrangeiras e se interessou pela poesia. Aproximou-se também desse terreno através da pintura, considerando que esta comporta a cultura criativa em seu aspecto mais intenso.

Em 1915, Jakobson criou o Círculo Linguístico de Moscou com a finalidade de promover a linguística e poética, impulsionado nesse momento pelos meios formalistas e futuristas da linguística, ou seja, ainda não se ocupando da linguística a partir de Saussure. Porém, o autor russo já estabeleceu, nesse momento, contato e amizade com Nicolai Troubetzkoy, o qual lhe apresentou a linguística moderna e é quem esteve na origem da renovação da linguística via fonologia.

Então, seguindo a cronologia do trabalho de Jakobson, no início de 1917 ele criou mais um espaço para o estudo da linguagem poética em São Petesburgo - o Opoyaz. De modo que vai-se delineando a postura de Jakobson, um estudioso interessado na importância do estudo do texto literário, da sua coerência interna, do fato de que se trata de um todo superior à soma de suas partes, bem como com a intenção de juntar criação e ciência.

Sobre esse período, Jakobson, em seu texto “Retrospecto” em *Fonema e Fonética* (1967), afirma que nesse momento o estudo da linguagem prática e sua história ainda estava sob a pressão do que havia sido estabelecido pelos neogramáticos, ou seja, ainda se estava longe da possibilidade de se aventurar nas análises do método estrutural. Jakobson, na contramão disso, via na linguagem poética um campo que requeria uma nova investigação e que, por sua vez, exigia o estudo da interação entre som e sentido. De forma tal, que foi na poética que o autor ensaiou seus primeiros conceitos fonêmicos.

Jakobson (1967) sublinha o efeito em si do turbulento movimento artístico do princípio do século XX, apontando especialmente para característica dos artistas da época (Picasso, Joyce, Braque, Stravinski, Xlebnikov, entre outros) em superarem hábitos antigos e remodelarem as tradições. Assinala que, naquela época, aqueles que se ocupavam da linguagem junto a ele, estavam tanto inspirados pela física moderna, quanto pela teoria e prática do cubismo, onde tudo se baseava nas relações e nas interações entre as partes e os todos, entre a cor e o contorno, entre a representação e o que é representado.

Diante da investida stalinista que veio a abater a Rússia nos anos 20 e 30, Jakobson deixou seu país e instalou-se em Praga, onde então, se deu sua filiação ao estruturalismo. No convívio com os poetas tchecos, nas suas leituras e traduções ele descobriu as diferenças entre as línguas russa e tcheca e suas preferências fonológicas muito diversas, apesar das raízes e

bases lexicais muito próximas. Assim, nasceu a fonologia estrutural - da interação entre línguas naturais, culturais e poéticas.

Em 1926, Jakobson criou, junto a outros pensadores, o Círculo Linguístico de Praga, definindo seu programa como explicitamente estruturalista e de filiação saussuriana. Jakobson (1967) não deixa de situar em Baudouin de Courtenay e Saussure os pontos de partida para os primeiros fundamentos da fonologia. Mas é no que concerne à tarefa da fonologia que se apresenta o fato de que, ao mesmo tempo que o Círculo de Praga situou suas perspectivas em Saussure, também dele se distanciou em pontos essenciais. A partir daí os trabalhos do círculo se expandiram e, por consequência, o programa estruturalista se espalhou pelo ocidente (DOSSE, 1993).

Em virtude da expansão das tropas nazistas em 1939, Jakobson se viu obrigado a deixar a Tchecoslováquia, abandonando a Europa em 1941 e refugiando-se em Nova Iorque. Na época estabelecia-se o Círculo Linguístico de Nova Iorque e iniciava-se um intenso intercâmbio dos achados europeus com o estruturalismo americano e seus “pressupostos behaviorísticos” (CÂMARA JR., 1967). Com Dosse (1993) pode-se dizer que do efeito de uma tragédia na história da humanidade - o nazismo -, o exílio de Jakobson nos Estados Unidos engendrou um dos fatores que possibilitaram o êxito do estruturalismo, a saber, que é em Nova Iorque que ele e Lévi-Strauss se encontram.

Como forma de adentrar nas especificidades da obra de Jakobson e seus pontos de intersecção com os demais autores aqui estudados, cabe situar o que este autor entende por sua disciplina e seu objeto de estudo. Assim, a fonologia é a parte da linguística que se ocupa dos sons da fala em referência às funções que eles exercem em uma língua. Essa disciplina difere-se da fonética, posto que esta trata dos sons da fala a partir de um ponto de vista puramente fisiológico, físico e psico-acústico. O fonema é, portanto, o conceito básico da fonologia e refere-se a um conjunto das propriedades fônicas concorrentes que se usam em uma língua para distinguir vocábulos de significação diferentes. Então, a função das diferenças fônicas é distinguir as significações dentro da língua (JAKOBSON, 1967).

Desse modo, na fonologia a forma sonora de uma língua abandona os campos da psicologia e da fisiologia sensorial e adentra na linguística a partir de sua função na linguagem. O que Saussure ensina a Jakobson (1967) é que se trata de pesquisar a forma sonora no seu valor significativo e sobretudo na sua função de suporte de uma significação. Assim, é possível localizar a fonologia como a ciência da forma e a fonética como a ciência da substância, aos moldes da teorização saussuriana a esse respeito.

No que tange ao pertencimento do fonema na linguagem, Jakobson (1967) o localiza na língua - na *langue* como Saussure utiliza o termo -, isto é, assim como todos os valores linguísticos, o fonema se situa na estrutura linguística. No entanto, não o restringe a isso e, nesse ponto, Jakobson (1967) revê a antinomia - *langue* e *parole* - colocada por Saussure. Apesar de concordar com importância dessa questão na teoria da linguagem, se posiciona que, embora o fonema seja um meio de atuação coletiva, seria um erro afastá-lo da fala.

O fonema é, portanto, um valor linguístico, mas Jakobson (1967) vai ceder a ele um lugar particular e distinto em relação a todos os valores do mundo dos signos. Vai retomar que Saussure afirmava que todo sintagma possui uma significação positiva e constante, mas na medida em que um fonema só pode servir a limitar, articular e hierarquizar as significações e não estabelecer diferenciações semânticas, o fonema não possui em si uma significação positiva. Seu valor linguístico está apenas em mostrar uma distinção, uma distinção quanto à significação. E mais, trata-se de uma distinção em potencial e nunca uma distinção determinada e constante.

Disso pode-se concluir que o único conteúdo do fonema é sua oposição a outros fonemas do sistema a que pertence. O sistema fonológico, por sua vez, é o conjunto, o inventário, de oposições fonológicas que servem a discriminar significações lexicais e morfológicas. E é a partir de Troubetzkoy, mas evidentemente com inspiração saussuriana, que Jakobson (1967) concorda com a necessidade de se procurar uma lógica interna nas mudanças fonéticas e conclui que não há outra forma de se encontrar com essas linhas mestras, senão através da estrutura do sistema fonológico que sofre tais alterações.

Quanto aos pontos que Jakobson se distancia e critica Saussure, aqui se apresentam alguns. O primeiro a ser exposto, no que encadeia demais questões, é a discordância quanto ao segundo princípio fundamental de Saussure - o caráter linear do significante. Jakobson (1967) obviamente concorda que não se pode articular dois sons na fala ao mesmo tempo, mas que isso é sim possível quanto a duas propriedades fônicas. A impossibilidade de Saussure de dar a devida conceituação ao funcionamento do fonema, aos olhos de Jakobson, repousa na sua tese contraditória que os significantes se desdobram unicamente na linha do tempo e de ter considerado o ato fônico como único e indivisível.

Por consequência disso, Saussure projetou essa unidade única e indivisível do ato fônico no eixo das sucessividades, ao passo que Jakobson (1967) procura ver o que corresponde a isso no eixo das simultaneidades. Embora conceda mérito a Saussure por ter considerado o fator tempo na linguagem, Jakobson (1967) aponta que faltou-lhe perceber que o tempo, num sistema de valores, também é um valor.

Assim, no que Jakobson (1967) posiciona-se com relação aos eixos das sucessividades e das simultaneidades, marca sua posição quanto ao corte saussuriano entre sincronia e diacronia. Sua discordância se baseia, principalmente, no que afirma que Saussure equipara estática e sincronia e, por sua vez, afirma que não se trata aí de uma barreira intransponível. A linguística sincrônica, portanto, não deve se reduzir apenas à existência atual na estrutura linguística, mas ao que tem valor atual. De modo que ao lado do que é estático na estrutura da língua, deve estar também o que lhe é variável.

Essa postura de Saussure, primeiramente, quanto ao signo linguístico e, posteriormente, quanto à língua, é relida por Jakobson, então, da seguinte forma:

O esforço de Saussure no sentido de só ver a estrutura linguística (*langue*) numa dimensão, ou seja, no eixo das simultaneidades, foi tão errôneo como seu esforço análogo de colocar cada signo linguístico num único eixo, que coisa estranha, foi aqui, ao contrário, o das sucessividades (JAKOBSON, 1967, p. 48).

Para Jakobson (1967), tanto a estrutura linguística em seu conjunto, quanto os signos linguísticos isoladamente, são bidimensionais. Isto é, todas as partes de um todo linguístico pressupõem dois eixos e no fonema isso se faz presente posto que ele representa uma extensão no eixo das simultaneidades, enquanto acúmulo de significantes, e no eixo das sucessividades, já que não representa um ponto, mas uma dimensão no tempo.

Quanto ao tempo, então, conclui-se que Saussure é exato em sua afirmação de que o fonema, o signo linguístico em geral e a estrutura linguística em seu conjunto são desprovidos de caráter temporal, apenas no que concerne ao tempo fisicamente mensurável. Entretanto, Jakobson (1967) aponta que o tempo enquanto relação, desempenha um papel fundamental em todo o sistema de valores da língua. Então, ao lado da descrição sincrônica dos sistemas fonológicos individuais, a fonologia se ocupa também de caracterizar seu desenvolvimento.

Foi visto acima que quando se fala em fonema, é de um caráter de oposição e distinção que se trata. Jakobson (1967) é quem vai levar essa análise adiante no que se debruça justamente sobre os atributos distintivos dos fonemas, isto é, de que natureza é o que os diferencia uns dos outros. Para isso, cunha o conceito de qualidades diferenciais ou distintivas e que, após tradução para o inglês, chamará traços distintivos. Esse conceito virá a substituir a ideia de que a entidade última divisível seria o fonema, posto que agora a entidade última divisível é o traço distintivo.

A análise dos traços é, assim, o que irá informar a oposição que se estabelece no âmbito do fonema, isto é, cada um dos traços distintivos de um fonema é uma única “*dualité d’opposition*” (JAKOBSON, 1967, p. 155) dentro da língua e cada um deles importa na relação com seu termo oposto. Para exemplificar: o traço grave se opõe ao traço agudo. Aqui é possível

localizar a aproximação de ambos os autores da linguística trabalhados, no que Saussure já antecipava que o valor opositivo se localiza nos elementos do fonema e não no fonema em si, ou seja, em seus traços distintivos.

De modo que, mais uma vez, trata-se da relação entre as coisas e não as coisas em si mesmas e, no que concerne aos traços, as relações se baseiam em oposições dicotômicas. Para Jakobson (1967), então, a dicotomia dos traços distintivos é fundamentalmente o princípio lógico subjacente à estrutura gramatical da língua. O que culmina em afirmar que é a resolução integral das unidades linguísticas superiores em traços distintivos que possibilita enumerar adequadamente os fonemas de uma língua e, especialmente, conhecer as leis estruturais do sistema fonêmico.

No que diz respeito à percepção dos falantes acerca dos traços distintos do fonema em uma dada língua, Jakobson (1967) apresenta uma posição que se fará presente na obra de Lévi-Strauss e que, a essa pesquisa, muito interessa. O autor irá buscar nos estudos sobre comportamento verbal e na psicologia a confirmação de que os traços são indicações indispensáveis na percepção da fala, mas que estão presentes enquanto uma certa porção de decisões entre alternativas. Isso se justifica, pois que a capacidade de identificar estímulos de maneira absoluta se acha pouco desenvolvida na audição humana, o que por sua vez resulta que o sistema de audição reage em face de relações.

Assim, e este é o ponto a que se pretendia chegar, o que atua na comunidade falante não é uma atenção consciente, mas relações sutis experimentadas ou apenas possíveis. Dosse (1993) marca explicitamente como é essa prevalência pelo que seriam fenômenos inconscientes da estrutura sobre qualquer recurso à consciência do sujeito falante que Lévi-Strauss irá importar de Jakobson na transposição do modelo fonológico ao antropológico, muito embora não somente isso.

É possível expor nesse momento, de maneira condensada, o que Jakobson (1967) conclui a partir das questões acima abordadas e o que será também importado pela antropologia estrutural. As distinções que compõem uma língua são adquiridas, executadas, percebidas e interpretadas pelos integrantes da comunicação verbal e ao linguista cabe decodificar tais distinções, bem como a todos os outros elementos do acervo de símbolos. Para Jakobson (1967) o linguista é aquele que traduz o sistema de símbolos em um sistema correlato a que ele chama de metalíngua, para o que é preciso desmontar o código íntimo que está subjacente a todos os símbolos verbais. Portanto, o código verbal é uma propriedade real de uma determinada comunidade linguística e uma oposição fonêmica não é, tampouco, uma ficção, mas uma verdade dada por um código.

No que diz respeito aos traços distintivos dos fonemas, Jakobson (1967) vai localizar uma invariante relacional de cada par opositivo. Câmara Jr (1967) explica que isso implica no abandono da ideia de que cada língua seria um mundo à parte de todas as outras, sendo possível encontrar entre elas inesperadas combinações, já que há um substrato comum invariante de traços fonéticos na base de todas as línguas. De forma que cada língua é uma variante fonológica e há invariantes relacionais entre elas. Dosse (1993), retomando o que fora antecipado acima, afirma que Lévi-Strauss extrai e incorpora a lição de que deve-se investigar as invariantes para além da multidão de variedades identificadas.

É possível concluir, então, que Jakobson (1967), sobre as diferentes línguas humanas, revela, que existem traços comuns a todas ou quase todas as línguas do mundo, bem como leis universais ou quase universais imanentes na estrutura fonêmica das línguas.

Muitos poderiam ser os demais conceitos e elaborações do autor russo a serem abarcados numa explanação fidedigna a grandeza de sua obra e colaboração com o avanço da linguística. Porém aqui o objetivo é possibilitar a passagem da linguística de origem saussuriana à construção da linguística estrutural e, por sua vez, o intercâmbio que se efetuou do encontro de Jakobson com Lévi-Strauss, no que isso concretiza alguns passos do nascimento e da evolução do estruturalismo. Isso posto, torna-se possível seguir para o campo da antropologia.

2.3 LÉVI- STRAUSS: O MARCO

Uso a palavra para compor meus silêncios.
 Não gosto das palavras
 fatigadas de informar.
 Dou mais respeito
 às que vivem de barriga no chão
 tipo água pedra sapo.
 Entendo bem o sotaque das águas
 Dou respeito às coisas desimportantes
 e aos seres desimportantes.
 Prezo insetos mais que aviões.
 Prezo a velocidade
 das tartarugas mais que a dos misseis.
 Tenho em mim um atraso de nascença.
 Eu fui aparelhado
 para gostar de passarinhos.
 Tenho abundância de ser feliz por isso.
 Meu quintal é maior do que o mundo.
 Sou um apanhador de desperdícios:
 Amo os restos
 como as boas moscas.
 Queria que a minha voz tivesse um formato
 de canto.
 Porque eu não sou da informática:
 eu sou da invencionática.
 Só uso a palavra para compor meus silêncios.

(Manoel de Barros, O apanhador de desperdícios)

Se, por algum motivo, se tratasse de identificar o estruturalismo a uma só pessoa, certamente que seria a Claude Lévi-Strauss. A história conta que, esta figura que viria a se tornar central ao movimento estruturalista, nasceu em Bruxelas em 1908 em um meio familiar bastante próximo da arte, o que o colocava sempre no âmago da criação artística. Por viver também em meio à natureza, desenvolveu sua dupla paixão. É o interesse na arte e na natureza, então, que vai marcá-lo como um homem “entre-dois-mundos” (DOSSE, 1993 p. 31) e caracterizar seu pensamento em ruptura. Sem negar sua sensibilidade, Lévi-Strauss aspira contê-la na construção de grandes sistemas lógicos.

Lévi-Strauss era marcado, além do interesse pela natureza, também pela sua preocupação com o mundo social e, no liceu, engajou-se no socialismo. Leu Marx e se fascinou com a leitura de *O Capital*, ampliando, pouco antes de entrar para a universidade, suas responsabilidades para com isso. Em 1928 foi eleito secretário-geral da Federação dos Estudantes Socialistas e ao fim dos anos 20 tornou-se secretário de um deputado socialista, mas abandonou tais obrigações no momento de preparação para o concurso de magistério superior em filosofia em 1930.

Em 1940, decepcionado com o rumo político da época, declinou em seu engajamento socialista e não se verá mais Lévi-Strauss posicionando-se nesse sentido. Para Dosse (1993), essa mudança foi de suma importância, pois que acarretou não mais em um olhar voltado para o futuro, para o mundo por vir, mas em uma postura nostálgica, voltada ao passado.

Sua carreira como etnólogo começou em 1934, em virtude de um convite de Célestin Bouglé a vir ao Brasil apresentar sua candidatura como professor de sociologia da Universidade de São Paulo, bem como de um incentivo a que se dedicasse ao estudo dos subúrbios de São Paulo. Lévi-Strauss (*Tristes Trópicos*, 1955, *Apud* Dosse, 1993) afirma que não teria vindo ao Brasil em busca de exotismo, posto que criticava aos exploradores, mas na intenção de abandonar a filosofia especulativa e converter-se definitivamente à antropologia.

Em 1939, retornou à França, mas logo partiu em exílio para escapar à ocupação alemã e, a convite da New School of Social Research foi para Nova Iorque. Dosse (1993) localiza nesse momento, conforme já adiantado anteriormente, o ponto decisivo da elaboração de uma antropologia estrutural, graças ao seu encontro com o também exilado Roman Jakobson. O autor russo assistiu às aulas de Lévi-Strauss sobre o parentesco e este acompanhou os cursos de Jakobson sobre o som e o sentido, sendo da simbiose das respectivas investigações que nasceu

a antropologia estrutural. Em 1948, Lévi-Strauss retornou à França, onde se instalou e deu seguimento ao seu ensino.

No entanto, a antropologia estrutural não surgiu apenas desse ponto, não se tratou de uma geração espontânea em Lévi-Strauss, mas sua origem está para além de seu encontro em território norte americano. O estruturalismo nas ciências sociais bebeu da fonte positivista de Auguste Comte, de seu cientificismo e, portanto, da ideia de que o conhecimento interessa na medida em que se inspira em modelo científico ou transforma-se em uma teoria, em uma ciência em si. Soma-se a isso o momento de gestação da sociologia no começo do século XX e seu intento em conceituar a sociedade (DOSSE, 1993).

O próprio Lévi-Strauss (1967), no primeiro capítulo de seu livro *Antropologia Estrutural*, faz essa retomada histórica e situa a sociologia como uma disciplina carente de formalização. Afirma que renuncia a esse termo, por não ter esse ramo do pensamento ascendido ao conjunto das ciências sociais, mas reduzir-se - pelo menos naquele momento - a uma filosofia social. De modo que, cabe aqui situar, como e onde Lévi-Strauss situa sua disciplina, isto é, o que é a etnografia e a etnologia e quais são seus compoendes: objeto, tarefa e metodologia.

Por etnografia entende-se a observação e a análise dos grupos humanos considerados em suas particularidades e cuja visada é a reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida deles. A etnologia vai justamente trabalhar de modo comparativo com os documentos elaborados pelo etnógrafo. No entanto, a natureza da interpretação do etnólogo não deve coincidir com uma visão evolucionista biológica, mas procurar nas culturas os seus elementos isoláveis e estabelecer suas relações de filiação e diferenciação (LÉVI-STRAUSS, 1967).

Lévi-Strauss (1967) critica as interpretações evolucionistas e difusionistas na medida em que elas não levam em consideração nada acerca dos processos conscientes e inconscientes, presentes nas experiências concretas, individuais e coletivas e através das quais os homens adquiriram as instituições, acarretando em metodologias estritamente descritivas e interpretações superficiais dos sistemas sociais.

Retomou a obra de Franz Boas e com ele aprendeu que a pesquisa deve restringir seu território e alcance para estabelecer seu objeto de estudo, que se trata de determinar as relações entre mundo objetivo e mundo subjetivo e que o conhecimento dos fatos só se dá na via da indução “a partir do conhecimento individual e concreto de grupos sociais localizados no espaço e no tempo” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 22). Principalmente, extrai desse autor a importante definição da natureza inconsciente dos fenômenos culturais e a relação destes com os fenômenos linguísticos.

Vale ressaltar, que tais elaborações foram realizadas oito anos antes da publicação do Curso de Linguística Geral e, portanto, é de se supor sua relevância para a linguística. Estava então aberto o caminho para o encontro da antropologia com a linguística, verdadeira inovação de Lévi-Strauss.

Assim, Lévi-Strauss (1967) vai concluir que, aos moldes do modelo estruturalista conforme já visto nos autores supracitados, o papel do etnógrafo é descrever e analisar as diferenças que aparecem nas diversas sociedades e que cabe ao etnólogo explicá-los. Portanto, seu objeto é a vida social, seu objetivo é a compreensão melhor do homem e sua perspectiva repousa nas condições inconscientes da vida social. Ou seja, é preciso que se atinja a estrutura inconsciente subjacente a cada instituição para que obtenha um princípio de interpretação válido e este também aplicável a outras instituições e costumes na medida em que se estender a análise.

No que concerne à função do etnólogo em inventariar as possibilidades inconscientes dos fenômenos sociais, Lévi-Strauss vai se posicionar quanto à dicotomia sincronia e diacronia. Afirma que não cabe à etnologia se manter alheia aos processos históricos e expressões conscientes do social, mas que não deve a isso dedicar toda sua atenção sob o risco de eliminar a reflexão. O etnólogo não é, pois, aquele que ignora o consciente, mas que caminha em direção ao inconsciente.

Lépine (1974) corrobora com esse ponto quando afirma que o etnólogo deve renunciar à busca da origem dos termos isolados no sistema a que pertencem, ocupando-se das relações entre os termos, de modo que a descrição sincrônica preceda e condicione a descrição diacrônica. Dosse (1993) é categórico em afirmar que Lévi-Strauss vai reassumir a postura saussuriana da preponderância da sincronia sob a diacronia.

Uma vez circunscrito o campo de pesquisa de Lévi-Strauss e esboçado sua perspectiva de abordagem, cabe retomar a aproximação entre a linguística e a antropologia, questão já citada algumas vezes, mas com especial relevância nesse momento. O que Lévi-Strauss vai radicalizar em apontar é, portanto, que todos os fenômenos sociais podem ser analisados como uma linguagem. E, mais, que a linguagem não é apenas uma parte da cultura, mas o equivalente possível de todos os outros sistemas de comunicação (Lépine, 1974).

O que, por sua vez, vai resultar na formulação da tese, a partir de seu encontro com Jakobson, de correspondência formal entre a língua e o sistema de parentesco, bem como daí extrair o modelo da metodologia estruturalista. Trata-se, portanto, de conceber o parentesco como um verdadeiro sistema de comunicação (SALES, 2003).

Para compreender o que logo acima foi exposto, Lévi-Strauss (1967) fornece o desenvolvimento pormenorizado do intercâmbio entre as duas disciplinas. Retoma o método fonológico e revê seus quatro procedimentos fundamentais, a saber: a fonologia estuda a infraestrutura inconsciente dos fenômenos linguísticos; trata dos termos com base nas suas relações e não como entidades independentes; introduz a noção de sistemas fonológicos; e objetiva descobrir as leis gerais da estrutura que lhe concedem seu caráter absoluto. Disso deduz que, em outra ordem de realidade, os fenômenos de parentesco são fenômenos de mesmo tipo que os fenômenos linguísticos. Pois que, os termos de parentesco também são elementos de significação, só adquirem significação na medida em que se integram a sistemas e os sistemas de parentesco são elaborados pelo inconsciente.

A obra de Lévi-Strauss intitulada *As estruturas elementares do parentesco*, de 1949, é, portanto, fruto da interlocução dos métodos fonológico e antropológico. Por sistema de parentesco, cabe aqui explicar, entende-se duas ordens diferentes de realidade: há termos que exprimem diferentes tipos de relações familiares, ou seja, trata-se de uma nomenclatura e de um sistema terminológico e há, também, uma dimensão de incidência na conduta, isto é, um sistema de atitudes (Lévi-Strauss, 1967).

Ao dar seguimento à relação entre os métodos, na medida em que é possível elaborar uma pergunta acerca de como e porque foram selecionados alguns sons em um determinado sistema e que relações se estabelecem entre os sons escolhidos, Lévi-Strauss (1967) pergunta-se qual a razão na escolha dos elementos dos sistemas de parentesco e quais são as leis de combinação. O estruturalismo se presentifica na resposta de Lévi-Strauss (1967) de que para se compreender um dado do sistema de parentesco (por exemplo, o avunculado) é preciso tratá-lo como uma relação interior ao próprio sistema e que o próprio sistema deve ser considerado em seu conjunto para que se perceba a sua estrutura.

Para que se conceba uma estrutura de parentesco, três tipos de relações familiares devem se fazer presentes, são elas: relações consanguíneas, relações de aliança e relações de filiação. À estrutura mais simples de parentesco possível, dá-se o nome de elemento do parentesco ou átomo do parentesco, o qual, em seu caráter primitivo e irreduzível, resulta da existência universal da proibição do incesto. Através da proibição do incesto é possível encontrar a justificativa quanto à visada estruturalista de considerar as relações entre os termos e não somente os termos isoladamente, pois de que outro modo se poderia conceber essa lei.

A incidência do sistema de parentesco varia de sociedade para sociedade, em algumas exerce fundamental importância na regulação de todas as relações sociais e em outras sua função se vê ou ausente ou reduzida. De qualquer modo, os sistemas de parentesco são

elaborados a partir da repetição da estrutura elementar acima citada, isto é, o átomo de parentesco é o material para construção de sistemas mais complexos. O sistema de parentesco é, portanto, uma linguagem, mas não uma linguagem universal, posto que se vê variante nos diferentes grupos.

Em mais um ponto Lévi-Strauss (1967) vai se distanciar dos modos clássicos e reducionistas de compreender os fenômenos. Apesar da configuração da estrutura de parentesco ser constituída pelas três relações familiares que acima foram apresentadas - consanguíneas, aliança e filiação -, a relação que existe entre elas não é simples e tampouco privilegia os laços da natureza, mas justamente se separa deles. O que confere ao parentesco seu caráter de fato social é que ele não é constituído por elos objetivos de filiação e consanguinidade entre os indivíduos e sim que ele existe na consciência dos homens, é um sistema arbitrário de representações, se estabelece e se perpetua por determinadas modalidades de aliança. São, assim, sistemas de símbolos:

Porque são sistemas de símbolos, os sistemas de parentesco oferecem ao antropólogo um campo privilegiado, no qual seus esforços podem quase (e insistimos sobre isso: quase) reunir-se aos da ciência social mais desenvolvida, ou seja, a linguística. Mas a condição deste encontro do qual se pode esperar um melhor conhecimento do homem, é de não perder jamais de vista que, no caso do estudo sociológico como no caso do estudo linguístico, estamos em pleno simbolismo. (LÉVI-STRAUSS, 1967, p.69)

Abordados esses pontos - que os elementos de parentesco são termos de representação e que adquirem significação na medida em que se integram a um sistema-, cabe tratar mais uma vez do último item mencionado de correlação entre os sistemas fonológicos e de parentesco: o caráter inconsciente. Já foi dito a esse respeito que é necessário levar em consideração os aspectos conscientes e inconscientes na interpretação etnológica a fim de aprofundá-la e também já foi exposto que se trata de extrair a estrutura inconsciente subjacente a cada instituição. Na relação com a linguística Lévi-Strauss leu, recolheu e interpretou que a linguagem é um fenômeno social e que suas condutas se situam no nível inconsciente, visto que os falantes não têm consciência das leis que o regem. Na medida em que foi afirmado há pouco que o parentesco é uma linguagem, o mesmo raciocínio aqui se aplica.

De forma tal, que é possível agora abordar a questão do inconsciente pela interessante intersecção que Lévi-Strauss (1967) faz com a psicanálise, avançando na obra do antropólogo e aproximando do campo de estudo desse trabalho. Foi visto que Lévi-Strauss (1967) lança mão do mito e do xamanismo para aproximar-se da psicanálise e abordar a questão da eficácia simbólica na cura de ambas as situações. Fica aqui registrado uma questão a se verificar, a que diz respeito a qual o sentido do termo inconsciente para Lévi-Strauss. Sobre o que, Sales (2003)

vai dizer que, ao menos o inconsciente da linguística, não coincide com o inconsciente pulsional de Freud, na medida em que ele é essencialmente não reflexivo e não histórico. No entanto, mantém-se o grifo e necessidade de investigação futura a respeito.

Lévi-Strauss (1967) elabora em seu texto “A eficácia simbólica” uma detalhada exposição de uma cura xamânica em uma tribo indígena no Panamá, os Cuna. Tal contextualização se faz indispensável posto que é daí, assim como fora anteriormente da linguística, que Lévi-Strauss retirou ensinamentos e teorizações - especialmente o conceito de inconsciente e a questão simbólica.

Nessa cura tudo se passa em virtude de uma dificuldade em um parto, diante da qual a parteira solicita a presença do xamã e este vai intervir no processo através de um canto. Basicamente, o canto visa a descrever a cena própria que se vive ali e atribui a ela elementos de valor mítico. O que o autor vai sublinhar, portanto, é que na medida em que a intervenção xamânica sequer toca na paciente, mas obtém a resolução da problemática, o canto consiste em uma manipulação psicológica do órgão doente e da qual a cura é esperada (LÉVI-STRAUSS, 1967).

A ação do xamã, assim, conduz a parturiente a reviver a sua situação, descrevendo de maneira detalhada e precisa o que estaria se passando em seus órgãos internos no nível do mito e da espiritualidade. A narrativa reconstitui a experiência real substituindo seus protagonistas, de maneira que a situação vivida ascende ao mito, do universo físico passa ao universo fisiológico, do mundo exterior ao mundo interior. A cura consiste, então, em traduzir para termos afetivos e aceitáveis ao espírito as dores que o corpo não tolera e a possibilidade de isso vir a acontecer independe da realidade objetiva, mas é possível na medida em que a doente acredita, e pertence a uma comunidade que também acredita, no poder do xamã (LÉVI-STRAUSS, 1967).

A relação que se estabelece entre a doença e a causa da doença - no caso do mito um monstro - é interior ao espírito da paciente de maneira consciente e inconsciente, “é uma relação de símbolo à coisa simbolizada, ou, para empregar o vocabulário dos linguístas, de significante a significado.” (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 228). Assim, o que o xamã fornece a sua paciente é uma linguagem e é justamente a passagem a essa expressão verbal que reorganiza a situação de que se padece. Evidentemente, é nesse ponto que Lévi-Strauss situa a aproximação com a psicanálise.

Em ambos os casos de cura - pelo xamanismo e pela psicanálise - o que se sucede é a condução à consciência de conflitos e resistências até então conservados inconscientes - seja por causa da sua natureza orgânica ou via recalçamento - e sua respectiva dissolução em virtude

de um conhecimento adquirido que permite uma experiência tal que possibilita o desenlace. Aqui Lévi-Strauss (1967) evoca o termo abreação de Freud para nomear a experiência vivida.

Embora Lévi-Strauss (1967) estabeleça um paralelismo bastante próximo, nomeia algumas diferenças, como é de se esperar em seu rigor teórico. Afirma ele que, de fato, ambas as curas visam provocar uma experiência e ambas chegam a isso via reconstituição de um mito a ser vivido ou revivido. A diferença que se impõe aí é que, na psicanálise, trata-se de um mito individual construído com elementos de seu passado, ao passo que no xamanismo pretende-se a elaboração de um mito social, recebido do exterior e que não corresponde a um antigo estado pessoal. Outro ponto de distanciamento entre as duas operações é que do lado da psicanálise há um analista que escuta e que possibilita, sob transferência, fazer o paciente falar e no outro polo há um xamã que fala por sua paciente e entrega-lhe suas interpretações.

De qualquer modo, quer se trate de uma manipulação de ideias ou de órgãos, Lévi-Strauss (1967) vai colocar que a condição para sua efetividade se dá pelo apelo aos símbolos, isto é, de equivalentes significativos do significado. Assim, a eficácia do método é garantida pela eficácia simbólica, a qual mantém a harmonia entre o mito - individual ou social - e as operações realizadas. A eficácia simbólica nada mais é, então, que a propriedade indutora que possuem as estruturas homólogas do indivíduo umas em relações às outras, ou seja, que se podem edificar nos diferentes níveis do paciente, como seus processos orgânicos e psiquismo inconsciente.

Assim, Lévi-Strauss (1967) vai poder conceituar o que entende por inconsciente através da noção de estrutura. O inconsciente para ele é o termo pelo qual designa uma função, a saber, a função simbólica especificamente humana e que em todos os homens se exerce de acordo com as mesmas leis e que, na realidade, se reduz ao conjunto dessas leis. Não se trata, para Lévi-Strauss, portanto, do inefável refúgio das individualidades ou de um depositário de histórias únicas, mas de uma função específica que impõe leis estruturais a elementos que provêm de diversas partes - pulsões, emoções, representações, recordações.

Às recordações e imagens colecionadas pelo indivíduo, Lévi-Strauss (1967) reserva o termo subconsciente e designa-o como um simples aspecto da memória. Isto é, um reservatório da história pessoal que concerne a um léxico individual, mas que só adquire significação na medida em que o inconsciente “o organiza segundo suas leis, e faz dele, assim, um discurso” (LEVI-STRAUSS, 1967, p. 235). Assim, conclui-se que o inconsciente é a estrutura na qual, e sob suas leis estruturais, a função simbólica se organiza.

Em texto de 1968, no qual redige a introdução ao livro de Marcel Mauss - Sociologia e Antropologia, Lévi-Strauss retoma tais questões e segue tratando da relação entre psicanálise e

antropologia. Não se trata de uma perspectiva diferente da já abordada e por isso servirá aqui apenas como complementação e reiteração das assertivas do autor.

Lévi-Strauss (1968) retoma o debate das correlações entre o grupo e o psiquismo individual e afirma que as formulações psicológicas individuais são, no plano do psiquismo individual, uma tradução de uma estrutura propriamente sociológica, trata-se, pois, de uma subordinação do psicológico ao sociológico.

No que concerne ao simbolismo, diz que é da natureza da sociedade exprimir-se simbolicamente em seus costumes, mas que as condutas individuais não são simbólicas por elas mesmas, são justamente os elementos a partir dos quais o sistema simbólico coletivo se constrói. Assim, a cultura é um conjunto de sistemas simbólicos, dentre os quais se sobressaem: a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião (LÉVI-STRAUSS, 1968).

No entanto, se é verdade que, por um lado, todo fenômeno psicológico é um fenômeno sociológico, isto é, o mental identifica-se com o social, por outro lado, só se pode alcançar o sentido e a função de uma instituição na medida em que se reviva sua incidência na consciência individual. O terreno onde se encontram objetividade e subjetividade, para Lévi-Strauss (1968), vai ser o do inconsciente, sendo ele o elemento mediador entre “mim e outrem” (LÉVI-STRAUSS, 1968, p. 28). Aqui retomando um dos aspectos disparadores dessa exposição, de que foi a linguística estrutural que ensinou que fenômenos fundamentais da vida do “espírito” situam-se no nível do inconsciente.

Por fim, cabe citar o achado nesse texto da retomada lévi-straussiana do signo linguístico e sua posição diante do mesmo, muito embora já tenha sido possível deduzir algo dessa ordem anteriormente. Dosse (1993), também a respeito desse texto, afirma que Lévi-Strauss força o signo no sentido do esvaziamento do significado ou de sua atenuação em relação ao significante, sendo aquele determinado e precedido por esse. De modo que disso conclui-se que em Lévi-Strauss se confirma a tese de que o código precede a mensagem, independe dela e que o sujeito está submetido à lei do significante.

É evidente que a presente explanação, não somente acerca de Lévi-Strauss, mas de Jakobson e de Saussure, não se equiparam à grandeza e importância de suas obras. Fosse esse um trabalho em linguística ou então em antropologia, ficaria demasiadamente reducionista a presente apresentação. No entanto, desde cedo já salientado, a intenção aqui é a de abrir portas, refazer os caminhos de Lacan e propor uma visão geral de onde teria a psicanálise colhido os frutos do termo estrutura, bem como qual foi a influência do estruturalismo na obra e no ensino de Lacan.

2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

É tempo de retomar o que já fora exposto, avaliar o que foi percorrido e dar a direção necessária ao seguimento do trabalho. Trata-se, nesse momento, de extrair do percurso traçado uma síntese dos princípios fundamentais do estruturalismo e do conceito de estrutura para que se lance luz no caminho da investigação.

A pesquisa que aqui se constrói viu-se advertida pela evolução do movimento estruturalista e nela se apoiou. A saber, pretendeu seguir seus autores posto que as perguntas ‘O que é o estruturalismo?’ e ‘Quem é estruturalista?’ ou ‘Em que se reconhecem aqueles que intitulamos estruturalistas?’ parecem caminhar em paralelo. Tratam-se de pensadores distintos, épocas distintas e variados os domínios que exploram, mas que indubitavelmente encontram entre si influências.

Foi apreendido e exposto que o movimento estruturalista alcançou êxito em se apresentar como um método rigoroso às ciências humanas e encontrou em seus autores principais a motivação em criá-lo e desenvolvê-lo. Cada um deles dentro das suas disciplinas buscava a inovação e a superação de velhos paradigmas, bem como a construção de uma corrente que visasse as mais rigorosas e profundas análises.

Deleuze (1972) ao apontar o que já fora apresentado aqui em mais de um momento, isto é, que a linguística saussuriana foi o ponto de partida do estruturalismo, afirma que a passagem aos demais domínios do conhecimento não se deu por analogia e mera transposição de método. Pois, as disciplinas que seguiram a linguística, assim o fizeram não por instaurar métodos equivalentes ao da análise da linguagem, mas sim porque só há estrutura daquilo que é linguagem. Ele vai além:

Só há estrutura do inconsciente à medida que o inconsciente fala e é linguagem. Só há estrutura dos corpos à medida que se julga que os corpos falam com uma linguagem que é a dos sintomas. As próprias coisas só têm estrutura à medida que matem um discurso silencioso, que é a linguagem dos signos. DELEUZE, 1972, p. 222).

O que engendra essa condição parece ser o fato de que, independente da disciplina de que se trate, o que os autores dessa linha de pensamento encontram, ao reconhecerem a linguagem de seu próprio domínio, são alguns critérios formais de reconhecimento. Os quais foram abarcados nas obras e autores supracitados, seja em sua forma mais explícita ou enquanto efeitos de uma teoria. Deleuze (1972), lança luz a esse respeito, seu texto enriquece a discussão e por isso é privilegiado nesse momento.

O primeiro critério do estruturalismo é a descoberta, para além do real e o do imaginário, da ordem simbólica, a qual esforça-se por se diferenciar e não se confundir aos demais registros. Há, inclusive, uma irredutibilidade da ordem simbólica à ordem do real e à ordem do imaginário.

Na linguística, isso começou na medida em que os linguistas estruturalistas não alojavam seu objeto exclusivamente na palavra em sua realidade, ou nas suas partes sonoras, tampouco nas imagens e conceitos associados a elas. Na passagem da linguística à antropologia é a ascensão ao simbólico o que possibilita a retirada da pesquisa do campo dos modelos naturalistas.

O que se passa é que o simbólico compõe a estrutura em sua gênese, a qual até encarna-se nas realidades e nas imagens, mas não deriva delas. A estrutura se coloca como “o subsolo para todos os solos do real como para todos os céus da imaginação” (DELEUZE, 1972, p. 223). Portanto, a estrutura não se limita a uma forma sensível ou uma figura da imaginação. Foi visto, na própria origem do termo estrutura, que ela não se reduz a uma autonomia do todo, uma prevalência sobre as partes, mas pelo contrário, se define pela formação do todo na medida mesma em que tenta dar conta da variação de suas partes.

Um possível engano seria o de supor, então, que se trata de extrair algo como uma essência da estrutura, visto que seu elemento principal não se situa na realidade ou na imagem. Deleuze (1972) adverte quanto a isso, pois relembra que se trata de uma combinatória de elementos formais, mas que em si mesmos não possuem uma inteligibilidade por detrás das aparências. Foi visto essa noção se construir nas pesquisas realizadas.

No que tange aos fenômenos inconscientes, na linguística saussuriana, viu-se a presença de aproximações a mecanismos inconscientes quando se tratava da mudança e da criação das línguas. Bem como a partir da noção de valor na medida em que este não é materialmente ou fisicamente identificável, mas se baseia em condições alheias à sua matéria.

Em Jakobson é a percepção dos falantes dos traços distintivos que o levará a dizer que o que atua aí não é uma atenção consciente e sim relações mais sutis. Isto é, prevalecem os fenômenos inconscientes da estrutura sobre a consciência do sujeito falante. Isso será, por sua vez, importado por Lévi-Strauss e transposto para a natureza inconsciente dos fenômenos culturais.

Lévi-Strauss, por sua vez, incumbe ao etnólogo, nas suas investigações, o papel de alcançar a estrutura inconsciente subjacente a cada instituição, dito de outra forma, que ele caminhe em direção ao inconsciente. Os sistemas de parentesco, portanto, são elaborados pelo

inconsciente e sistemas de símbolos, posto que seu caráter é atribuído por representações e não meramente laços de natureza.

Isso vem a significar que o simbólico designa a organização cultural fundamental, ou seja, os fenômenos sociais não são considerados em sua concretude, mas sim no seu aspecto formal de quadro lógico. O que resulta em afirmar, por parte do autor, que a interdição ao incesto não é biológica, nem mesmo necessária à natureza, mas simbólica, cultural.

Se o primeiro critério do estruturalismo é a descoberta do simbólico, cabe considerar em que consiste esse elemento. Foi visto que a estrutura não se restringe a uma designação extrínseca ou a uma significação intrínseca: de que se trata, então? Os elementos de uma estrutura possuem, exclusivamente, um sentido de posição. Não de um local na dimensão da realidade ou de um lugar na extensão imaginária, mas de um lugar propriamente estrutural - topológico, Deleuze (1972) vai dizer - que é relativo às coisas e aos seres, bem como às relações e aos papéis que aparecerem quando ocupados. Esse sentido de posição é sempre um resultado, um efeito, da combinação dos elementos da estrutura.

Combinações estas que se realizam via relações diferenciais ou via sistema de singularidades, de modo que as relações diferenciais se atualizam em relações reais entre os seres e as singularidades exprimem os papéis que os seres ocupam. Para exemplificar, Lévi-Strauss explicita essa condição ao se empreender no estudo das estruturas elementares de parentesco, conforme viu-se. Ou seja, são as relações parentais (irmão/irmã, marido/mulher, pai/filho, tio materno/filha da irmã) que vão formar as estruturas mais simples, as quais, por sua vez, efetuam singularidades determinadas na estrutura. O contrário também é válido, isto é, singularidades que determinam as relações diferenciais, como se vê na leitura que o etnólogo faz do mito de Édipo. No qual um relato singular (desposar a mãe, matar o pai) induz a relações diferenciais que se determinam reciprocamente. A consequência é que:

Em todo caso, sempre os elementos simbólicos e suas relações determinam a natureza dos seres e objetos que vêm efetua-los, ao passo que as singularidades formam uma ordem dos lugares, ordem que determina simultaneamente os papéis e atitudes desses seres enquanto os ocupam. A determinação da estrutura culmina, assim, numa teoria das atitudes que exprimem seu funcionamento. (DELEUZE, 1972, p. 229)

Com a extração desse trecho em específico, vê-se confirmar a ambição científica de Saussure de que se trata, na investigação dos sistemas - das estruturas -, de buscar as forças em jogo, de seus mecanismos mais íntimos, e delas deduzir as leis gerais que compõem o todo. O que o autor genebrino inaugurou, ou pelo menos fertilizou solo para que se inaugurasse, foi a concepção de que as estruturas são necessariamente inconscientes e o são em virtude justamente

das relações e dos elementos que as compõem, tratando-se sempre de uma infra-estrutura ou microestrutura.

Posto que o que é possível ver a olhos nus, o que lhe é atual, é aquilo no que a estrutura encarna, aquilo o que ela constitui ao encarnar-se. As estruturas são inconscientes e são capturáveis por seus produtos e efeitos, é a partir deles que poderemos encontrá-las. Por exemplo, uma estrutura econômica não existe enquanto estado puro, mas é recoberta por relações jurídicas, políticas, ideológicas na qual se encarna (DELEUZE, 1972).

No decorrer desse item, apresentou-se, portanto, os critérios do estruturalismo de descoberta do simbólico, de que os elementos de uma estrutura possuem o sentido de uma posição, de que a estrutura é composta por um sistema de relações diferenciais e um de singularidades e de que sua captura é possível via seus efeitos. Outro critério trazido por Deleuze (1972) salta aos olhos na relevância para o campo dessa pesquisa, a saber, a psicanálise.

Trata-se de que uma estrutura é serial, só se põe a mexer a se referir a uma outra série. No que Lévi-Strauss se debruça sobre o fenômeno do totemismo, descobre que nesses grupos humanos não se trata de uma identificação meramente imaginária de seus membros a animais, mas sim da homologia estrutural de duas séries de termos. A saber, de um lado tem-se uma série de espécies animais tomada como elementos e de outro uma série de posições sociais e o que acontece é o encontro entre esses dois sistemas, entre essas duas séries de elementos e relações.

E por que seria esse ponto concernente à disciplina da psicanálise?

Deleuze (1972) antecipa a ponte a ser construída no próximo capítulo do presente trabalho quando aponta que para Lacan o inconsciente implica também um desenvolvimento em séries. Poder-se-ia pensar, enquanto significante e significado, mas não só, pois que duas séries podem se organizar de maneiras variáveis. Se organizam na forma de deslocamentos, os quais ver-se-ão presentes nos conhecidos mecanismos da metáfora e da metonímia. As quais se configuram como sendo os fatores estruturais por excelência na medida em que exprimem dois graus de liberdade do deslocamento. A saber, de uma série a outra e no interior de uma mesma série.

Nessa linha de raciocínio, será abordado o último critério caro à esta investigação, não que eles se esgotem aqui de maneira geral. Ao se utilizar de exemplos da obra lacaniana - o comentário sobre a Carta Roubada de Edgar Allan Poe e sobre O Homem dos ratos - Deleuze (1972) reconhece que a estrutura envolve um elemento ou objeto eminentemente simbólico, no entanto que não pertence a nenhuma das séries em que se coloca. Se move nelas, circula nelas, mas não se restringe a pertencer exclusivamente a nenhuma delas, é simultaneamente imanente

a ambas. Este objeto está sempre deslocado, nunca onde é procurado e encontrado onde não está.

Em Lévi-Strauss esse elemento fugidio foi reconhecido como o ‘mana’, um significante flutuante, de valor simbólico zero que circula na estrutura. Em Jakobson tem-se o fonema zero, o qual não comporta caráter diferencial nenhum, nem mesmo valor fonético, mas é em relação a que todos os outros fonemas se situam em suas relações diferenciais. Ora, em Lacan, aponta Deleuze (1972) este é determinado como falo.

Este falo simbólico que aparece não como dado sexual e determinante da diferença anatômica entre os sexos, mas como órgão simbólico que funda toda a sexualidade enquanto estrutura e em relação ao qual se distribuem os lugares na estruturação psíquica. “(...) o falo simbólico é aquilo que falta à sua própria identidade, sempre encontrado lá onde não está, pois não está lá onde é procurado(...)” (DELEUZE, 1972, p. 241). Sabe-se, entretanto, que o falo não se configura enquanto resposta e sim enquanto lugar de uma questão, ou seja, caracteriza uma casa vazia na estrutura.

É, então, o critério de ‘casa vazia’ que vai possibilitar que as ordens de uma estrutura se articulem a outras. É em relação a ela que as relações diferenciais poderão suceder em novos valores ou variações, que as singularidades serão capazes de novas atribuições e que, por consequência, se constituirão novas estruturas.

Uma advertência se faz presente. Introduziram-se elaborações lacanianas de modo quase abrupto, à revelia da metodologia adotada nessa pesquisa. Justifica-se pelo fato de que os fatos históricos e as revoluções teóricas aqui apresentados transbordam uma cronologia, o fluxo do pensamento e da reflexão conceitual não se dá de maneira exclusivamente linear. Não obstante, a ressalva serve a retornar do descarrilamento e percorrer, como feito com Saussure, Jakobson e Lévi-Strauss, aspectos da obra e do ensino de Lacan, no que isso visa atingir aos objetivos já traçados.

3 Capítulo II: A DESCOBERTA DO ESTRUTURALISMO POR LACAN

3.1 COMENTÁRIO BIOGRÁFICOS

Um analista existe pelo menos em três níveis: primeiro, no exercício de sua função na poltrona, isto é, como praticante; em seguida, num exercício institucional, enquanto responsável pela transmissão dos trabalhos e pela formação dos analistas; enfim, numa obra pessoal, ou antes, numa elaboração, pois as verdadeiras obras de psicanálise ainda podem ser contadas nos dedos de duas mãos. O analista é reconhecido simultaneamente nestes três registros: sua produção intelectual, seu investimento institucional e sua prática de analista. Não é muito possível isolar o primeiro registro, como se faria para um escritor, ou até para um filósofo ou um pesquisador que se ilustrou nas ciências humanas. É por essa razão que o empreendimento biográfico sobre Lacan é de fato extremamente delicado, e talvez até contestável em seu princípio. A hipótese de que a vida de uma pessoa se comunica com sua obra é certamente interessante; no entanto, no caso de um analista, é com certeza o inverso que acontece, vale dizer que é o engajamento dele numa prática, numa instituição e numa obra que determina sua vida! (DUMÉZIL, 2007. p. 162)

Uma vez absorvida a advertência de Dumézil (2007), desde seu testemunho enquanto analisando de Lacan, a seção que se segue objetiva, acima de tudo, situar as origens e aspectos fundamentais da vida de Lacan no que diz respeito à sua entrada na psicanálise. Se não é possível, em um psicanalista, por de lado sua personalidade para considerar apenas o talento ou o gênio, faz-se disto a matéria prima para a presente investigação. Mais uma vez, sob o cuidado de que um breve exposto serve exclusivamente a orientar o leitor. Para tanto, Elizabeth Roudinesco (1994) e François Dosse (1993) foram as principais fontes e os guias na elaboração do texto.

Registrado e batizado como Jacques-Marie Émile Lacan, Lacan nasceu em 13 de abril de 1901 em Paris. Do lado paterno, uma família dedicada ao comércio de gêneros alimentícios e fervorosamente devota aos ensinamentos da Igreja Católica. Uma figura aí se sobressai, ponto esse ressaltado em mais de uma fonte biográfica da história de Lacan, que é seu avô, um homem especialmente autoritário e temperamental. Do lado materno, uma família com menor registro histórico, mas igualmente devota à religião. Da união de seus pais, Lacan é o primeiro filho, seguido por mais três irmãos. No seio familiar, sua infância ficou marcada pela religiosidade sufocante e pelos conflitos domésticos com o avô paterno.

Sua vida escolar é, naturalmente, iniciada em um colégio destinado aos filhos das famílias da alta e média burguesia católica. Relatos de seus contemporâneos contam de uma criança e posteriormente um adolescente marcado pela seriedade, rigorosidade com seu próprio desempenho e brilhantismo nas disciplinas de religião e latim. As relações acadêmicas que estabelecia possibilitaram que, do catolicismo devoto do meio familiar, Lacan ascendesse ao catolicismo erudito e aristocrático e, no entanto, posteriormente o abandonasse de vez. A partir

deste abandono, se afastava do convívio familiar e se aproximava cada vez mais da tradição filosófica alemã, justamente na contramão de seu irmão que se preparava para tornar-se monge.

Quando Lacan inicia sua carreira médica, o freudismo se encontrava com considerável notoriedade no meio intelectual francês, tanto pela via da própria medicina quanto no campo das vanguardas intelectuais e filosóficas. No campo terapêutico a assimilação da psicanálise, na França desse período, se deu mais adaptado à psicologia de Pierre Janet do que à teoria do inconsciente de Freud. No meio intelectual, alguns escritores puderam exercer um contrapeso ao emprego da psicanálise feito pela medicina, adotando uma postura mais acolhedora no que dizia respeito à teoria da sexualidade.

A formação médica de Lacan seguiu, por sua vez, o caminho da neurologia à psiquiatria. Em 1926 apresentou seu primeiro paciente na Salpêtrière, justamente no mesmo dia em que se fundava a Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), a qual adentrará somente 8 anos depois.

Nesse meio tempo, estudou as doenças mentais e do encéfalo no hospital Sainte-Anne, passou por demais instituições com enfoque psiquiátrico e em 1930 estagiou na clínica de Burgholzi sob a tutela de Hans Maier, sucessor de Bleuler. Ainda assim, apesar dos avanços já alcançados pela psicanálise, a psiquiatria francesa seguia pouco inspirada na teoria freudiana, de modo que os manicômios dos anos 30 continuavam a reproduzir um universo carcerário.

No início dos anos 30, então, Lacan foi marcado por três mestres diferentes da psiquiatria: Georges Dumas que era um adversário declarado da psicanálise, Henri Claude que se apoiava na doutrina freudiana, muito embora propusesse uma adaptação dela às especificidades latinas e Graetan Gratin de Clérambault. Essa terceira figura, nem hostil, mas tampouco interessado nas descobertas da psicanálise, é personagem sem precedentes para Lacan, posto que é quem o introduz no estudo das psicoses. Como consequência dessa influência o primeiro texto doutrinário lacaniano é publicado em 1931 com o título de 'Estruturas das psicoses paranoicas' e é neste trabalho que Lacan irá fazer sua primeira referência à descoberta freudiana, sem, no entanto, adotá-la claramente.

No mesmo ano Lacan interessou-se pelos distúrbios da linguagem escrita e apresentou um caso de paranoia feminina onde o fenômeno se apresentava - tratava-se do caso de Marcelle que se considerava Joana D'Arc e que iria regenerar a França. O motivo pelo qual este caso se sobressai aqui é que, nesse ínterim, Lacan passa a se dedicar ao estudo da linguagem da loucura e, em um movimento pendular, vai se afastando das concepções constitucionalistas de Clérambault.

Uma figura em especial aparece nesse momento enquanto bibliografia utilizada pelos autores do caso, que é a de Henri Delacroix, que, dedicado à pesquisa sobre linguagem e

pensamento, fundamenta sua argumentação sobre as afazias no Curso de Linguística Geral de Saussure. Foi essa a via pela qual Lacan descobre, pela primeira vez, a obra e teoria saussuriana.

Em 1931, portanto, Lacan viveu uma fase de transição, na qual começou a elaborar uma síntese, a partir do quadro paranoico, dos campos do saber da clínica psiquiátrica, da teoria de Freud e do surrealismo de Salvador Dalí. É justamente a partir dessas influências que publicará, no ano seguinte, sua primeira grande obra da juventude, sua tese de medicina intitulada 'Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade'.

O caso Aimée, como veio a ser conhecido, encarnou, portanto, a passagem do domínio da psiquiatria para a psicanálise, onde Lacan buscava agora os conceitos clínicos que lhe faltavam. Era ainda, Roudinesco (1994) vai afirmar, uma obra de psiquiatria, mas já era um texto psicanalítico.

A inserção de Lacan no campo freudiano se deu de modo, também, pendular e paradoxal. Se por um lado concedia, aos moldes da primeira geração psiquiátrico-psicanalista francesa, um privilégio da análise do eu e das resistências em detrimento da exploração do inconsciente, por outro verificava uma defasagem entre o avanço que fazia no campo do saber psiquiátrico e as terminologias que via a sua disposição para explicar esse avanço.

Em 1932 Lacan passou a frequentar, então, o divã de Rudolph Loewenstein, onde permaneceu 6 conflituosos anos, várias vezes por semana. Por parte do analista, os registros mostram manifestações de que Lacan era inalisável, enquanto que, por parte do analisando, Loewenstein não era inteligente o suficiente para analisá-lo.

Nessa época, Lacan prosseguia com seu trabalho teórico dentro e fora do meio analítico, participando dos debates da SPP e nutrindo-se de saberes à margem da comunidade freudiana. Já em 1934 estava envolvido no exercício particular da psicanálise, posto que havia sido admitido como membro aderente da SPP nesse mesmo ano.

Lacan integra a comunidade psicanalítica, desde o princípio, de maneira ruidosa. Não se adequava e se inquietava com as rígidas regras estabelecidas, aos moldes da IPA, fosse no âmbito do divã que frequentava, fosse no meio institucional. A publicação cada vez mais frequente de sua parte apenas fez piorar sua aceitação na instituição, na qual será rejeitado por sua incapacidade de submeter-se às regras. Ainda assim, em 1938, com a ajuda de Pichon e em virtude do momento histórico que se vivia - o avanço das tropas nazistas em Viena e o exílio de Freud -, Lacan foi nomeado membro titular da SPP e, em decorrência da nomeação, abandonou sua análise.

Uma vez situada a entrada de Lacan no campo da psicanálise e introduzidos alguns aspectos de sua história pessoal, faz-se necessário um salto cronológico para uma posterior

época do ensino lacaniano. Advertida do intervalo ocasionado a presente pesquisa assim prossegue em virtude de serem diversos os aspectos que poderiam ser abordados a respeito da vida e obra de um autor como Lacan, mas que há um momento específico que se sobressai dentre os demais para os objetivos deste trabalho. A saber, o conhecido retorno a Freud proposto pelo ensino lacaniano.

3.2 O RETORNO A FREUD

O escrito segue, ainda, apoiado na biografia de Lacan elaborada por Roudinesco (1994). Então, em 1953 a psicanálise francesa encontrava-se em um declarado conflito, rupturas internas na SPP e divergências de posicionamento frente à doutrina foram se sucedendo a ponto de ocasionar uma cisão. De um lado Daniel Lagache, Juliette Favez-Boutonier, Françoise Dolto e Blanche Reverchon-Jouve, que se demitem da SPP, e de outro Sacha Nacht. Os grupos discordavam entre si no que dizia respeito à formação do analista e, em meio a este fogo cruzado, Lacan une-se aos que se desvinculam da SPP e juntos fundam a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP).

Apesar do partido tomado, mesmo entre os seus, Lacan era questionado por suas transgressões em sua clínica às regras padronizadas pela IPA, especialmente no que dizia respeito à duração de suas sessões. Nas quais, não se adequando à regra de duração fixa, empregava a técnica de duração variável, podendo suspender arbitrariamente a sessão em andamento, desde sua posição de analista e intérprete da transferência.

Já nesse momento, sua justificativa era de que, desse modo, podia-se dialetizar a relação transferencial interrompendo a sessão em determinados momentos e palavras, que viriam a provocar a eclosão do desejo inconsciente. A oposição a sua conduta era tamanha e as acusações de que essa era apenas uma forma de aceitar todas as demandas de análise e faturar muito mais com isso do que seus colegas de profissão, fez com que ele passasse, então, a encobrir a realidade de sua prática e não publicar suas argumentações a esse respeito (ROUDINESCO, 1994).

Nesse turbulento período institucional, Lacan começou a redigir seu notório Discurso de Roma e viabilizar que seu ensino tivesse voz. Entrou em contato com seu irmão, pedindo-lhe que conseguisse uma audiência com o papa Pio XII, a quem gostaria de apresentar seu ensino, sua visão de centralidade no sujeito, na fala e na linguagem. Embora a reunião não tenha se concretizado, esse texto veio a marcar a tônica do ensino de Lacan naquele momento e a

radicalidade de seu sistema de pensamento em contraposição à apropriação da psicanálise da época (ROUDINESCO, 1994).

Vale contextualizar o entorno intelectual a esse escrito lacaniano. Foi dito, anteriormente, que através de Delacroix, Lacan já havia entrado em contato com a obra saussuriana, no entanto, a aproximação efetiva ao modelo estruturalista se dará do encontro com a obra de Lévi-Strauss, posto que em 1949 o etnólogo, como também visto, havia publicado as Estruturas Elementares do Parentesco. Os dois renomados autores – Lévi-Strauss e Lacan – haviam se conhecido justamente em 49, por ocasião de um jantar oferecido por Alexandre Koyré e logo estabeleceu-se entre eles um forte laço de amizade, nutrido pelo mútuo interesse pelas artes (ROUDINESCO, 1994).

Na biografia de Lacan por Roudinesco (1994) pode-se ler que, até que Lévi-Strauss se debruçasse sobre a questão da proibição do incesto, o estudo das sociedades ditas primitivas se dividia em três tendências: uma corrente ligada à antropologia física de Broca; uma segunda via, localizada nos trabalhos de Marcel Mauss, na qual o social era assimilado a uma simbólica; e, por fim, uma noção definida como anticolonial e sensível ao renascimento do sagrado.

Conforme já visto anteriormente, o que Lévi-Strauss vai alcançar é um novo olhar sobre essa questão, no qual, ao invés de buscar a origem das culturas em uma renúncia do homem ao incesto, irá apontar que é justamente a proibição que realiza a passagem da natureza à cultura. Trata-se de um conceito fronteiro, pertencente à natureza, pois que dela retira seu caráter formal, a universalidade, e também concernente à cultura, na medida mesma em que age e impõe sua regra aos fenômenos. A universalização do incesto, portanto, se verificava no sistema de trocas matrimoniais regulado por uma organização estrutural para além da consciência individual (ROUDINESCO, 1994).

No encontro com a psicanálise, as pesquisas de Lévi-Strauss apontavam para uma leitura do universalismo edipiano de Freud que subvertia uma ideia de um temor natural do incesto, mas localizava a proibição em uma função simbólica tomada como lei da organização inconsciente das sociedades. Neste contexto e a partir da aproximação dos dois personagens, Lacan encontra na obra lévi-straussiana a solução necessária para a reelaboração da doutrina freudiana.

Não lança mão mais à uma concepção biológica do inconsciente, mas agora trata-se de compreendê-lo como estrutura de linguagem. Esse ponto, é justamente o horizonte desta pesquisa e vai assim se consolidando a noção de que é pela via do estruturalismo que Lacan relê Freud (ROUDINESCO, 1994).

Em meio a uma explanação acerca do retorno aos textos freudianos e acerca da valorização ortodoxa do freudismo proposto por Lacan, lê-se:

Expandiu-se em Roma, em 27 de setembro, em ‘Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise’, em que se estabelecia uma verdadeira teoria estrutural do tratamento. Prolongou-se a seguir nos dois seminários dos anos de 1953-54 e 1954-55, consagrados um aos “Escritos técnico de Freud”, o outro ao “Eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise”. Enfim, completou-se na conferência pronunciada em Viena a 7 de novembro de 1955, na qual Lacan incluía o gesto de retorno no título mesmo de sua exposição: ‘A coisa freudiana ou o Sentido de um retorno a Freud’. (ROUDINESCO, 1994, p. 222).

Muito embora hajam outros elementos em torno desta expansão, alguns situados aqui na crise institucional da SPP, outros presentes nas conferências lacanianas de 1953 – O mito individual do neurótico e O simbólico, o real e o imaginário –, encontra-se nesta passagem de Roudinesco (1994) o caminho que esta pesquisa já havia traçado como prumo de um trabalho. A saber, debruçar-se sobre os textos: O discurso de Roma (1953); Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953); A coisa freudiana ou o Sentido de um retorno a Freud (1955). Acrescidos de: A situação da psicanálise e a formação do psicanalista em 1956 (1956); e A instância da letra no inconsciente (1957). Estes últimos textos, por sua vez, extraídos e inspirados em leituras complementares, especialmente desde artigos publicados mais recentemente sobre o tema em questão.

De maneira alguma desprezando o valor dos primeiros textos de 1953 citados no parágrafo acima, especialmente no valor clínico que o texto O mito individual do neurótico carrega, passa-se ao Discurso de Roma porque, se Lacan nos anos 50 passa a interpretar as teses freudianas à luz da grade de Lévi-Strauss, é neste texto que ele irá integrar uma doutrina do tratamento a seu sistema estrutural (ROUDINESCO, 1994).

O Discurso de Roma foi, então, proferido em 26 de setembro de 1953 para introduzir o relatório Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise – o primeiro trecho dessa conferência está publicado no livro Outros Escritos ao passo que o segundo nos Escritos. Logo na abertura de sua fala Lacan (1953a) esboça sua intenção neste momento, isto é, refere-se à sua plateia como “meus amigos” (p. 139) e faz elogio a presença de adeptos à psicanálise desde sua juventude, desde sua inclinação ao novo. Pode-se ler, portanto, que seu objetivo era realmente de fazer ouvir seu ensino, sua retomada dos textos freudianos e encontrar quem o escutasse e o acompanhasse desde aí.

Além disso, Lacan (1953a) se põe interpelado pela pergunta, sempre trazida de uma forma ou de outra em seus pronunciamentos, sobre o que é que se passa em uma análise, ou seja, de que se trata, o que pode acontecer, o que se deve fazer, nesta relação de dois sujeitos

na qual, um fala e outro escuta. E mais, podendo desdobrar-se em “Como pode uma ação, tão intangível naquilo que se vê e naquilo que se toca, atingir as profundezas que presume?” (LACAN, 1953a, p. 140). Neste contexto, é que ele passa a introduzir a função da fala e da linguagem na psicanálise.

À fala Lacan (1953a) irá alçar a categoria daquilo que funda o homem em sua autenticidade, à linguagem o status além de meio de ação da fala, além de uma redução a secreção de pensamento. Esta eleição privilegiada do lugar da fala e da linguagem na clínica coloca, por sua vez, exigências e especificidades em ambos os lados da relação transferencial. Por parte do analista, sua fala na interpretação depende que o sujeito esteja pronto para ouvi-la, ou seja, já a tenha encontrado por si mesmo. Por parte do analisando, um ato que objetiva mais do que se dizer ou se afirmar, mas em se fazer reconhecer.

Esta perspectiva leva a pensar, e Lacan toma isso a sério, justamente nas manifestações inconscientes que Freud capturou, especialmente, os sintomas, os lapsos e as lacunas de memória. Lacan (1953a) vai afirmar, então, que ao analista cabe se interessar por essa ordem, já que é ela, e não outra, que pertence ao fenômeno do inconsciente.

Pois onde situar, por gentileza, as determinações do inconsciente senão nos quadros nominais em que se baseiam desde sempre, no ser falante que somos, a aliança e o parentesco, nas leis da fala em que as linhagens fundamentam seu direito, no universo de discurso em que elas misturam suas tradições? E como apreender os conflitos analíticos e seu protótipo edipiano fora dos compromissos que fixaram, muito antes do sujeito vir ao mundo, não apenas seu destino, mas sua própria identidade? (LACAN, 1953a, p. 143 e 144).

Por vezes de maneira mais clara, por vezes de maneira mais subentendida, vê-se Lacan (1953a) em seu texto, como na passagem acima, fazendo as referências já mencionadas da interface que vai se construindo entre a psicanálise – e seu funcionamento inconsciente – e a matriz estruturalista, neste momento, apoiada na antropologia lévi-straussiana. Passa a ser possível, desde este ponto no texto lacaniano, perceber como esta é a virada que possibilita a ascensão dos conceitos freudianos a categorias não biológicas ou místicas.

Lacan (1953a) retoma como Freud descobre que o fenômeno da transferência, este no qual o sujeito pode reavaliar a verdade de seu passado com base na sua ação atual, é justamente o movimento dialético que determina e constitui o sujeito em uma ordem excêntrica em relação a uma consciência de si. De modo que, por parte de quem escuta, se reconhece nas neuroses, portanto, que as doenças falam.

Assim, Lacan (1953a) poderá afirmar que é na linguagem, e não em outro campo, em que os conceitos da psicanálise poderão ser captados e que tudo que é possível dentro desse domínio deve servir de material para aquilo que o sujeito do inconsciente tem a expressar. Isso

incide em tomar os fenômenos clínicos de uma forma específica, ou seja, por mais interessantes que possam ser as topologias dos sintomas, da inibição e da angústia, ao analista cabe desatar seus nós e não os ratificar. O que, por sua vez, só é possível ao devolvê-los sua função de fala “num discurso cuja significação determina seu emprego e seu sentido” (p.146).

O que Lacan (1953a) apresenta aos seus ouvintes e leitores neste momento é justamente sua leitura da máxima freudiana de tornar consciente o inconsciente. Não se trata da intelectualização diante da passagem de um patamar ao outro, a qual nada faz a não ser furtar o sujeito de sua responsabilidade, mas sim da passagem para a fala. E mais, é preciso que esta fala seja ouvida por alguém ali onde não podia ser lida por ninguém. A seguir, quando for trazido o exemplo do caso Dora, esta questão se esclarecerá ainda mais.

Quando se retomam as manifestações inconscientes descobertas por Freud no discurso de seus pacientes, logo pode-se alegar que se por um lado a fala desvela, ela também vela os conteúdos inconscientes. Lacan (1953a) não está alheio a este ponto, mas é exatamente por considerar o caráter ambíguo da fala que afirma que há apenas um texto que pode ser lido, justamente no que ele traz e no que ele deixa de trazer. É a este texto que se ligam os sintomas.

Bom, retomando que é à luz da antropologia e da linguística estruturalistas que Lacan irá reler Freud e que ele está dizendo em seu escrito de 1953 que se trata, em uma análise, de ler e ouvir o texto a que se ligam os sintomas, as inibições, a angústia, é àquelas disciplinas que ele irá recorrer para determinar seu funcionamento.

Se Freud apontou que os sintomas são determinados por mais de uma condição, Lacan (1953a) irá justificar que isso se dá em virtude de uma propriedade de plurivalência das frases a respeito de seu contexto, bem como do dualismo do significante e do significado “na medida em que ele é repercutido praticamente de maneira indefinida no uso do significante.” (LACAN, 1953a, p. 146). Portanto, da formação dos sintomas freudianos na qual um conflito atual reproduz um conflito antigo de natureza sexual, contando com a complacência somática ou a fixação imaginária, Lacan (1953a) extrai que se trata justamente da estrutura que liga um significante a um significado na linguagem.

Ao acompanhar o texto lacaniano percebe-se o quanto a leitura de Roudinesco (1972), mas não somente a desta autora, posto que tantos outros apontam isto, é apurada em localizar o Discurso de Roma em lugar tão privilegiado neste momento do ensino de Lacan. Ao mesmo tempo em que ele constrói sua linha de pensamento, buscando na antropologia e na linguística seus fundamentos, desconstrói o mau uso ou a errônea inserção da psicanálise em outros campos, por exemplo, no da psicologia.

Lacan (1953a) entende que Freud realmente não se preocupava com a psicologia, ou em reforçar o eu de seus pacientes, tampouco em lhe orientar a suportar as frustrações. Ao contrário, nesta relação dialética, que nada se assemelha a uma relação a dois, o analista deve propiciar o encontro com aquilo que o paciente se queixa justamente na condição de que é ele – o paciente – que o apoia constantemente. Isto é, na radicalidade da pergunta de Freud a Dora – “qual é sua própria parte na desordem de que você se queixa?” (LACAN, 1951, p. 218) – verifica-se que se trata de remeter o sujeito à sua própria fala.

Portanto, a orientação lacaniana é que os praticantes abram seus ouvidos à fala, mas não só, também às canções populares, aos diálogos de rua, enfim, a tudo que é linguagem. Pois que é aí que se recolherá o modo como o humano se revela no homem, através do sentido da linguagem que pode libertar a fala (LACAN, 1953a).

Para concluir o trabalho com este texto lacaniano e seguir na investigação, cabe acompanhar seu item dedicado a responder alguns questionamentos, no que isto retoma o que fora exposto, mas indubitavelmente apresenta considerações importantes. Neste momento, Lacan (1953a) reproduz que não entende a linguagem como simples meio de acessar a experiência analítica, mas como veículo que a reordena no sentido de um lugar, um lugar geométrico mesmo. O que significa dizer que a função de comunicação da linguagem não é sua natureza em si, pelo contrário, sua importância é bastante reduzida.

Por sua vez, o que, para Lacan (1953a), a linguagem significa no que ela comunica é que ela não é um signo, um sinal ou signo de alguma coisa como realidade externa. Mas, é composta pela relação entre significante e significado e sua ordem – a da linguagem – condiciona integralmente os dois termos.

Sobre os significantes, Lacan (1953a) diz, eles são constituídos por um conjunto de elementos materiais e eles estão por toda parte. Acerca do significado, ele não é coisa, mas precisamente sentido e eles, diferentemente dos significantes, não estão em parte alguma. Isso porque, os significados só existem, só são sensíveis, dentro da significação que o discurso desenvolve. É claro que Lacan (1953a) está cômico de que isso não quer dizer que cada palavra supõe o discurso inteiro do dicionário, isto é, ele aceita que a definição dá à palavra o seu sentido. No entanto, vê-se aqui claramente que o autor está advogando em nome da arbitrariedade do signo reconhecida por Saussure no seu Curso de Linguística Geral, na medida em que o significante se apresenta, a princípio, imotivado em relação ao significado.

Embora esteja claro ao leitor, Lacan (1953a) não o diz explicitamente neste momento. Pelo menos não tanto quanto o faz nas suas referências a Lévi-Strauss, sobre quem ele discursa claramente. Vai dizer que nada fundamenta mais sua afirmação do que justamente a

demonstração lévi-straussiana de que o conjunto das estruturas elementares do parentesco dão testemunho de um sentido combinatório, o qual tem equivalente nos efeitos inconscientes demonstrados na evolução das línguas.

Melhor dizendo, na sua teoria sobre as trocas, Lévi-Strauss estaria dizendo que mulheres, bens e palavras parecem homogêneos, a partir do que se pode reconhecer uma ordem simbólica, manifesta no ponto zero do símbolo que reside na noção de mana. Lacan (1953a) está, portanto, evidenciando a dimensão simbólica da linguagem ao utilizar-se do exemplo antropológico, no qual uma identidade individual nada tem a ver com a realidade.

As proibições, e isso Lévi-Strauss certamente ensinou, se opõem às necessidades sem que seja necessário haver uma necessidade natural. Com isso, o homem está incluído em um discurso antes mesmo de seu nascimento, num discurso que determinará “seu papel no drama que dará sentido à sua fala” (LACAN, 1953a, p. 159).

Portanto, Lacan (1953a) ensina que o sujeito se funda na fala, mas não de qualquer forma. A sua equação geral é tal que a ação da fala, na medida em que nela o sujeito se funda, é de um emissor que, para comunicar sua mensagem, teve de recebê-la de seu receptor e só a consegue emitir sob a forma invertida. O que se confirma numa fala como “és minha mulher” (LACAN, 1953a, p. 62) onde a fala não está localizada em um sujeito, mas justamente na relação que concerne a dois, no juramento que os funda.

Foi visto que Lacan entrou na psicanálise via psiquiatria, onde ocupava-se dos casos e teoria acerca da psicose. O segundo exemplo que utiliza em 1953a para exemplificar como um sujeito se funda na fala, diz respeito a casos como estes, mas não somente. A saber, o caso da recusa da fala, onde a mensagem não formulada é o que constitui o inconsciente do sujeito. Ao se ocupar das formas do delírio (eu o amo/não é a ele, mas a ela que amo/ela me ama e a assim por diante), Freud ensina a Lacan o desdobramento das estruturas delirantes.

Por fim, há mais uma clínica que Lacan (1953a) situa neste texto e esta não poderia mesmo ficar de fora se for lembrado o momento institucional que se vivia à época deste pronunciamento. A saber, a clínica que os próprios analistas frequentam, isto é, há neste escrito a preocupação com relação à formação dos analistas.

Para além dos supostos benefícios das análises didáticas – há aqui uma crítica explícita a elas –, Lacan (1953a) notifica que para que se saiba o que é o que um sujeito diz, é preciso que as análises pessoais dos analistas os tenham feito perceber quem fala em cada um. Caso contrário, não seria possível responder àqueles que perguntam – os pacientes – quem são.

Este discurso lacaniano do dia 26 de setembro de 1953 foi, então, seguido neste mesmo dia e no seguinte pelo relatório intitulado Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise

(1953b). A sequência lógica é, portanto, seguir para este escrito que se inicia exatamente como o anterior se encerra, debatendo a situação da psicanálise na França da época e argumentando acerca da formação do analista.

A psicanálise, Lacan (1953b) assim entende, é a disciplina que deve seu valor científico aos conceitos que Freud elaborou a partir da sua experiência. No entanto, a má compreensão dos mesmos, pode romper absolutamente com a tradição da sua terminologia. Logo de imediato, Lacan (1953b) argumenta que os termos freudianos só podem ser esclarecidos agora se pareados com a linguagem da antropologia ou com os problemas mais recentes da filosofia.

A descoberta freudiana verifica-se a cada análise conduzida, no entanto, os desvios com relação à teoria desviam a todos, conseqüentemente, da experiência de Freud. Em virtude desta afirmação, Lacan (1953b) adverte acerca dos problemas atuais da psicanálise, os quais comportam entre si um mesmo traço.

São eles: a função do imaginário na técnica e na constituição do objeto nas etapas do desenvolvimento psíquico, ao que há que se retomar a dimensão simbólica dada a interpretação das fantasias; a noção das relações libidinais de objeto e o desembocar da psicanálise em um ativismo de caridade; e os embaraços no que diz respeito à formação do analista.

O que Lacan (1953b) chama a atenção é para que as três problemáticas tratam de um abandono, por parte dos analistas, do fundamento da fala, abandonam a sua linguagem própria e se apossam de linguagens já instituídas. A correção deste quadro reside, no ensino lacaniano, no retorno ao estudo das funções da fala, justo este que desde Freud (até Lacan) caíra em esquecimento.

Afirmamos, quanto a nós, que a técnica não pode ser compreendida nem corretamente aplicada, portanto, quando se desconhecem os conceitos que a fundamentam. Nossa tarefa será demonstrar que esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala (LACAN, 1953b, p. 247).

Está dado, desta maneira, como Lacan (1953b) pretende neste momento, e propriamente o faz, reler Freud, não de maneira supérflua, mas pela via da função da fala e da linguagem em psicanálise. É realmente intrigante como pôde esta função ser abandonada quando, em psicanálise, só há um meio de dirigir uma cura, que é através da fala do paciente. Entretanto, não é de qualquer forma que deve o analista operar com a fala de seu paciente e Lacan (1953b) esboça os fundamentos deste manejo.

Na contramão da estática e da permanência da alienação do sujeito, ao analista compete a arte de suspender as certezas do falante e apostar que é no discurso que suas miragens irão se dissolver. Mesmo quando parece vazio, mesmo quando aparenta não comunicar nada, o

discurso do analisando representa uma comunicação; mesmo que se negue a evidência, a fala constitui uma verdade; e mesmo que objetive enganar, a fala testemunha. Por este motivo é que o psicanalista deverá ouvir justamente a parte significativa dos discursos, por exemplo, de um lapso conseguir decantar uma rica declaração (LACAN, 1953b).

Desse modo, a pontuação oportuna do analista dará sentido ao discurso do paciente, bem como a suspensão da sessão irá operar como escansão com valor de intervenção. Para além de uma pausa porque o tempo cronológico da sessão se esgotou, este ato pretende precipitar momentos conclusivos e livrar a conduta de um valor rotineiro, submetendo-o agora a fins de técnica (LACAN, 1953b).

Foi visto anteriormente neste texto como esta conduta de Lacan, muito embora justificada e fundamentada, gerou, ao longo de sua prática clínica e seu ensino, uma série de divergências. No entanto, está dada sua justificativa, bem como se esclarece, conforme Roudinesco (1994) havia alertado, que neste momento da doutrina de Lacan vê-se a extração de uma linha de tratamento a partir de uma matriz estrutural.

Quando Lacan (1953b) aborda, então, aspectos desta fala vazia, esta na qual ou há silêncio, ou lapso, ou história cotidiana, pode-se extrair de suas elaborações que ele toca na questão da contrapartida da associação livre, a saber, a atenção flutuante. Trata-se, ele vai afirmar, de saber a que visa esta atenção, não como erroneamente se supõe, a captar um objeto para além da fala do sujeito. O que se pode fazer aí, por parte do analista, é regular seus ouvidos para não ouvir, ou melhor, para fazer a detecção do que deve ser ouvido.

No entanto, o sujeito também se realiza no que Lacan (1953b) irá nomear de fala plena. Bom, esta sem dúvida é ainda mais remotamente considerada no campo da psicanálise. Bastaria recordar como Anna O. batizou o método pelo qual ela foi tratada, a saber, a *talking cure*. O que a experiência inaugural de Breuer e Freud mostrou foi que o evento traumático foi localizado na causa do sintoma na medida mesma em que ao se falar de um, eliminou-se o outro.

No ensino de Lacan (1953b) que neste momento ensaiava, mas ao mesmo tempo, advogava firmemente seus fundamentos, consta que quando o paciente fala, está verbalizando, passando para o verbo, a sua verdade. Freud já havia grifado as recorrentes lacunas de memória que recolhia de suas pacientes histéricas e no caso Dora chega a afirmar que não havendo amnésia, um sintoma orgânico não deve se tratar de um sintoma histérico, conforme consta em nota de rodapé na página 27 da versão aqui consultada (FREUD, 1905 [1901]).

Lacan (1953b), quanto a isso, explica que a ambiguidade da revelação histérica é realmente concernente ao imaginário e ao real, e, mesmo assim, isso não faz desses sujeitos,

pessoas mentirosas. O que as histéricas apresentam é justamente o nascimento da verdade na fala, delegando à realidade a categoria de nem verdadeiro nem falso.

O modo como Lacan (1953b) expõe sua argumentação, retornando ao texto freudiano, situa que seu empenho não é tanto no sentido de relê-lo e sim de lê-lo apropriadamente. Ele está argumentando acerca dos mais fundamentais princípios freudianos, na sua forma mais inicial, quando diz que a assunção da história do sujeito, no que ela se materializa na fala e é endereçada a um outro que lhe escuta, é exatamente o que Freud batizou de psicanálise, e ele data, em 1895.

Em Freud e em Lacan, para Lacan (1953b), os meios de uma análise ser operada são os da fala, posto que ela confere sentido às funções do sujeito; seu campo é o discurso; e suas operações são as da história, no que é dela que pode emergir a verdade. Por óbvio, que a maior das descobertas freudianas – o inconsciente – é o elemento *princeps* desta operação, visto que não se trata de uma interlocução corriqueira e tampouco há efeitos se o analista comunica ao paciente algo a que ele ainda está alienado.

O inconsciente é, então, a parte do discurso concreto que falta ao sujeito ao tentar reconstituir a continuidade de seu discurso consciente. É o capítulo censurado, marcado pela lacuna ou ocupado por uma mentira da história do sujeito. O que não quer dizer, por sua vez, que sua verdade não pode ser resgatada, visto que, na maioria das vezes, ela já está presente em outro lugar (LACAN, 1953b).

E realmente está. No corpo da histérica que, com seu sintoma, mostra a estrutura de uma linguagem e se decifra como uma inscrição; nas lembranças da infância; na evolução semântica; nas tradições; e nos vestígios e distorções que se inserem nos capítulos faltosos de cada história (LACAN, 1953b).

Para que a técnica da psicanálise não se degenera, Lacan (1953b) não vê outra saída, e é exatamente a isso que serve este item do presente trabalho, que não resgatar o sentido mesmo da experiência freudiana e sua obra. Sim, isto foi dito e comprovado, mas não se encerra em certificações.

A leitura lacaniana demonstra, então, que na obra de Freud A interpretação dos sonhos, lê-se que o sonho tem a estrutura de uma frase. Isto é, atendo-se à sua letra, verá que aquilo que no sonho infantil se representa enquanto ideografia primordial, no adulto reproduz o emprego fonético e simbólico dos elementos significantes.

A prova mais cabal disso reside, no entanto, na versão contada deste texto, na sua retórica.

Elipse e pleonasma, hipérbato ou silepse, regressão, repetição, aposição, são esses os deslocamentos sintáticos, e metáfora, catacrese, antonomásia, alegoria, metonímia e sinédoque, as condensações semânticas em que Freud nos ensina a ler as intenções ostentatórias ou demonstrativas, dissimuladora ou persuasivas, retaliadoras ou sedutoras com quem o sujeito modula seu discurso onírico (LACAN, 1953b, p. 269).

Lacan (1953b) faz ainda mais uma exemplificação quanto à obra freudiana, afirmando que, no que tange à psicopatologia da vida cotidiana, o ato falho é um discurso bem-sucedido, até mesmo formulado com graça, ao passo que o lapso “é a mordança que gira em torno da fala” (LACAN, 1953b, p. 269), uma meia palavra, por assim dizer. O sintoma, como já abordado anteriormente, se resolve pela análise na medida mesma em que é estruturado como uma linguagem, por ser a linguagem cuja fala precisa ser libertada.

Há ainda um grifo de Lacan (1953b) quanto a mais um fenômeno inconsciente, este que parece ocupar um lugar periférico nas discussões psicanalíticas, mas que é incontestável, por ser tão transparente. Trata-se do chiste, pois que a face que ele revela é justamente a do espírito, da ambiguidade da linguagem. Onde o humor simboliza, na sua própria espirituosidade, uma verdade que não se diz.

Muito embora já constasse no texto lacaniano e já mencionado aqui, há mais um ponto a que Lacan (1953b) se atém em seu escrito. Viu-se que o autor argumenta com relação ao esquecimento da função da fala e da linguagem no campo analítico, ao que ele vai somar mais um esquecimento, a saber, da dimensão simbólica.

No retorno à obra de Freud, Lacan (1953b) afirma que a descoberta do criador da psicanálise foi justamente a incidência da ordem simbólica na natureza humana. Foi visto, também, como este foi um dos grandes conceitos e achados no estruturalismo, especialmente no texto de Lévi-Strauss previamente trabalhado.

Lacan (1953b) demonstra que o homem fala, porque o símbolo o fez homem. Uma palavra é uma presença feita de ausência, Freud comprovou isso na brincadeira da criança, e é justamente deste par presença/ausência que nasce o universo de sentido de uma língua. O conceito gera a coisa, mas não basta dizer que ele é a própria coisa, é o mundo das palavras que gera o mundo das coisas.

Para explicar tais subtrações conceituais, Lacan (1953b) vai recorrer, mais uma vez, à antropologia. Retoma que as comunidades estão sujeitas às regras de aliança, a aliança, por sua vez, rege uma ordem preferencial cuja lei é imperativa nas suas formas ao grupo, mas é, ao mesmo tempo, inconsciente em sua estrutura. Portanto, as leis revelam-se imanentes a um simbolismo original e a liberdade de escolha de alianças fica condicionada a uma tal lógica subjetiva que orienta seus efeitos.

Onde mais isso se verifica? Lacan (1953b) vai dizer que é no Complexo de Édipo, conforme antecipado que ele aproximaria, este que continua a ser o cerne da experiência analítica. O que aí se passa é que:

(...) o sujeito pode reconhecer sua participação inconsciente no movimento das estruturas complexas de aliança, verificando os efeitos simbólicos, em sua existência particular, do movimento tangencial para o incesto que se manifesta desde o advento de uma comunidade universal (LACAN, 1953b, p. 278).

Assim como Lévi-Strauss ensinou, Lacan (1953b) vai concordar em afirmar que a lei primordial será justamente aquela que rege a aliança, sobrepondo a cultura à natureza. A proibição do incesto é o eixo subjetivo que interdita objetos às escolhas do sujeito e essa lei é idêntica a uma ordem de linguagem.

Ao trazer este quadro para o campo das investigações psicanalíticas, Lacan (1953b) relembra quão devastadoras podem ser as situações de filiação. Isto é, da mesma forma que o homem primitivo se relaciona simbolicamente com seus ancestrais, o homem moderno o fará. Ao que Lacan (1953b) irá apontar o papel da função paterna que, mesmo quando representada em uma pessoa, comporta relações imaginárias, reais e simbólicas.

Seu conhecido conceito de nome-do-pai aparece aqui, portanto, como sendo o suporte desta função simbólica e é ele que identifica sua pessoa com a imagem da lei. A experiência clínica mostrou a ele como o desconhecimento desta função ocasionam confusões bastante prejudiciais. No entanto, muito embora este seria um conceito de fundamental importância para a discussão das estruturas psíquicas e, conseqüentemente, para a questão do diagnóstico em psicanálise, vale o grifo, mas não profunda investigação neste momento. Justamente por entender que sua complexidade vai bastante além dos textos aqui trabalhados.

De qualquer modo, retomando a questão da fala e da linguagem, a partir do que fora exposto acima, Lacan (1953b) recolhe de sua clínica que há, no sujeito, um problema entre a fala e a linguagem. Na loucura, isso se verifica em um sujeito que é mais falado do que fala, o que acaba por colocar o sujeito em uma linguagem sem dialética. Na neurose, a fala é expulsa do discurso concreto, mas seu sintoma é o significante de um significado recalcado. No que diz respeito à linguagem, ele participa dela via ambigüidade semântica.

Ao retomar aqui a questão da função simbólica em Lacan (1953b), ver-se-á que, assim como pretendia o estruturalismo, é ela que vai situar a psicanálise “no cerne do movimento que instaura uma nova ordem das ciências” (p. 285). Não mais forçando-se a pertencer aos caprichos da medicina, a psicanálise passa a beber de outras fontes, se aproximar de outras disciplinas. É aqui, portanto, que Lacan (1953b) reverencia à linguística explicitamente.

A linguística, ele diz, vai servir de guia na medida mesma em que foi guia da antropologia a ele contemporânea. Claramente, Lacan (1953b) está refazendo o caminho que a presente pesquisa pretendeu apreender, de Lévi-Strauss à Jakobson e dele à Saussure. O que se comprova quando ele afirma que a descoberta do fonema, como função dos pares de oposição compostos pelos menores elementos discriminativos possíveis, leva aos fundamentos de Freud acerca da presença e ausência, no qual se verificam as origens subjetivas da função simbólica.

Na clínica, portanto, a referência à linguística, a apreensão de seus fundamentos, servirá ao praticante da psicanálise de modo a compreender melhor o valor da linguagem na interpretação das resistências e da transferência, bem como o auxiliará a diferenciar os efeitos do recalque e a estrutura do mito individual neurótico (LACAN, 1953b).

Fica cernido, assim, o que Lacan (1953b) pretendia com sua fala e seu relatório em Roma. A saber, retornar a Freud, reestabelecer os fundamentos da psicanálise desde uma leitura rigorosa de sua doutrina e reestabelecer a função da fala, da linguagem e da função simbólica no cerne da prática analítica. O que se fez possível através da interlocução com a antropologia lévi-straussiana e da linguística saussuriana. É desta forma que Lacan (1953b) pretende resgatar o primordial da experiência analítica:

A análise só pode ter por meta o advento de uma fala verdadeira e a realização do sujeito, de sua história em sua relação com o futuro.

A manutenção dessa dialética opõe-se a qualquer orientação objetivante da análise, e colocar essa necessidade em relevo é capital para discernir a aberração das novas tendências manifestadas na análise. (LACAN, 1953b, p. 303)

Se foi em Roma, em 1953, que Lacan optou por pronunciar os pontos cruciais de seu ensino, é apenas um ano depois, agora em Viena, que se verá, aqui, ele fazendo-o novamente. A descrição cronológica do ensino lacaniano nesta pesquisa não é ao acaso, trata-se de uma escolha que visa acompanhar Lacan neste período e recolher o que fica formalizado quando ao retorno a Freud. Se as questões vêm a se repetir, é porque, Lacan demonstra, os desvios são graves e a direção deve ser permanente.

Roudinesco (1994) argumenta que, neste momento, Lacan ainda se via articulando a questão do sujeito, da fala e da linguagem sobre um fundo heideggeriano e, como trabalhado, a partir das estruturas elementares do parentesco. A ruptura com a fenomenologia se fez possível exatamente pelo fato, aqui já apresentado, da leitura lacaniana de Saussure via Jakobson. Roudinesco (1994) também acrescenta à lista de influências Roland Barthes, Michel Foucault e Louis Althusser e localiza que esta segunda leitura de Saussure passa a vigorar a partir de 64 e formalizar-se em 67 à ocasião da conferência A instância da letra no inconsciente.

Retornando aos escritos de Lacan, não à toa o próximo texto foi eleito para ser trabalhado aqui. Sua justificativa quase que se localiza inteiramente em seu título – A coisa freudiana ou o Sentido do retorno a Freud em psicanálise (1955). Trata-se de mais um momento de balanço da condição da psicanálise à época, desta vez quem sabe, um tanto mais crítico, e uma sistematização, tanto quanto isso é possível em psicanálise, da prática analítica rente aos princípios freudianos.

O que Lacan (1955) pretende com seu projeto de retorno a Freud, ele o diz, não é um retorno aos moldes do retorno do recalçado, mas de cernir bem o que a psicanálise não é, visto que os desvios a seus fundamentos só demonstravam expandir-se após a morte de seu criador. O sentido do projeto é de um retorno ao sentido de Freud, a saber, que ele questiona a verdade.

Lacan (1955), alegoricamente, faz a verdade falar em seu pronunciamento aos vienenses. Isso para mostrar, o que seus dois textos de 1953 já diziam e preparam o terreno da formalização, que quer se fuja da verdade, quer se pense ser possível apanhá-la no erro, ela apanha a todos justo no equívoco. Justo onde a fala se faz mais cuidadosa, é no ligeiro tropeço que a verdade aparece. Não adianta, ela caminha pelos sonhos, pelo chiste e pelo acaso.

O que parece se passar nessa curiosa forma de tratar a questão, é que Lacan (1955) está arando a terra para produzir e situar sua crítica. Pois que, uma vez que conta que a verdade fala, enuncia a pergunta: mas, quem fala? Bom, Lacan (1955) o diz, “A verdade disse: ‘Eu falo.’ Para reconhecermos esse [eu] no que ele fala, talvez não seja ao [eu] que devemos lançar-nos, mas antes deter-nos nas arestas do falar” (LACAN, 1955, p. 414).

Foi visto qual a fonte frequentada pelo autor ao se ocupar das leis da linguagem, posto que não há fala senão de linguagem. Neste texto, Lacan (1955) orienta aos ouvintes e leitores que o busquem no mesmo lugar, em Saussure (sobre o que ele não perde a chance de dizer que é de Ferdinand e não de Raymond que está falando, este psicanalista a quem Lacan criticou duramente).

Pois bem, Lacan (1955) não exige a quem quer que pratique a psicanálise de introduzir-se na linguística e saber distinguir o significante do significado. Mesmo que já o tenha feito em 53, novamente coloca, porém, acrescenta em conteúdo, que o significante é a estrutura sincrônica do material da linguagem, onde cada elemento adquire seu emprego exato na medida em que é diferente dos outros. O significado, por sua vez, é o conjunto diacrônico dos discursos concretamente proferidos, o qual reage historicamente à rede significante. Também coloca que a estrutura significante é que determina os caminhos do significado.

Realmente parece não haver mais dúvida quanto à função da linguística no ensino lacaniano, ele próprio o diz de certo modo. Isto é, de que está claro o modo como a estrutura

significante do sintoma se demonstra, pois que, quando decifrada, ela mostra a onipotência da função simbólica para o homem. Por que persiste na argumentação, então? Mais uma vez, para situar o que, quando não se está advertido dos fundamentos, se coloca em prática em nome da psicanálise (LACAN, 1955).

Se elege a linguística para sustentar a doutrina, é porque é a concepção desta disciplina que pode oferecer ao praticante da psicanálise a iniciação suficiente para reconhecer o sintoma na sua função de significante. Não sendo mais necessário, tampouco correto, situá-lo no campo do natural, como o faz a medicina. Assim, o analítico poderá recolher as significações somente a partir de seu contexto, isto é, na sequência constituída pela “significação que remete a ela e por aquela a que ela remete no discurso analítico” (LACAN, 1955. P. 419).

No que diz respeito à sua reprovação, Lacan (1955) está se referindo as práticas ditas análise das resistências, as quais se constituíam praticamente como um tratamento padrão, e do lugar cedido ao eu nas teorizações pós freudianas. A crítica está em se entender que a saúde do eu se definiria por sua adaptação a uma realidade proporcional, que caberia ao praticante fazer uma aliança com a parte sadia do eu e reduzir sua outra parte e que culmina em associar o fim de uma análise à identificação ao eu do analista.

Para Lacan (1955) a situação analítica vai muito além da substituição de um discurso pelo outro. Seu ensino, neste momento, visa apontar para o fato de que em uma análise trata-se de mais do que dois sujeitos presentes e sim dois sujeitos providos de dois objetos – o eu e o outro. E que nessa partida a quatro o analista age sobre as resistências à fala introduzindo o sinal de exclusão. O que ele quer dizer é que o analista intervém na dialética da análise “se fazendo de morto” (p.431), seja por seu silêncio ou anulando suas próprias resistências.

Assim, o que Lacan (1955) retoma de Freud é a determinação da lei simbólica do inconsciente, a separação que as duas tópicas proporcionam entre o campo do eu e do inconsciente e o lugar da transferência em uma psicanálise. Acerca da função simbólica Lacan (1953a, 1953b) já havia comentado, o lugar do eu na escuta analítica no texto de 55 se delinea e sobre a transferência também aqui se debruça. Mesmo que brevemente, Lacan (1955) situa que é na fala em transferência que a análise deve resgatar seu centro e sua gravidade.

Diante da pergunta que Lacan (1955) faz a seus interlocutores – “Irá nossa ação, portanto, recalcar a própria verdade que traz em seu exercício?” (LACAN, 1955, p. 434) – ele pode concluir sua crítica, nomear os desvios e apontar o caminho para a formação dos futuros analistas. A saber, que os praticantes devem apoiar sua técnica em uma formação nos métodos do linguista, do historiador e, inclusive, do matemático.

No ano do centenário do nascimento de Freud, Lacan (1956) segue ocupado de situar a situação em que a psicanálise se encontrava, conforme comprova o título de sua comunicação: Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. As duas partes contidas no nome dado ao texto – a situação da psicanálise e a formação do analista – possibilitam entender que Lacan (1956) está advertindo que, por psicanálise, não basta definir que é o tratamento que se espera de um psicanalista. Trata-se justamente do contrário, ou seja, é a psicanálise que vai decidir pela qualidade do psicanalista.

Cabe seguir Lacan (1956) em mais este texto acerca da teoria e técnica analítica, para então passar ao item seguinte, na medida mesma em que é possível localizar nele uma retomada do que fora exposto e, ao mesmo tempo, a ponte necessária para seguir. Foi visto que Lacan não mede palavras em criticar o emprego da psicanálise pelos pós freudianos, mas também não mede esforços em bem situá-la.

A diretriz é tal que, para saber o que se passa em uma análise (e foi dito como esta pergunta está sempre permeando a fala de Lacan), é preciso situar a função da fala. O que incide em, para saber de que se trata na transferência e na resistência, há que se abordar o que, por sua vez, encobre o advento da fala. Para Lacan (1955) isto não é inovação sua, pois que a regra fundamental da psicanálise – a associação livre – e a sua contrapartida – a atenção flutuante – valorizam exatamente o papel do discurso do sujeito e de sua escuta.

Muitos foram os frutos colhidos pelos psicanalistas em torno de Freud ao se entregarem à técnica. No entanto, o que Lacan (1956) situa é que na medida em que o conhecimento avançava, que se obtinham cada vez mais dados acerca do funcionamento mental, impasses se instauravam. Não mais confiando em seus ouvidos, os analistas passaram, então, a apelar para interpretações sem bem saber de que se tratava o para-além do discurso de seus pacientes.

Lacan (1956) aponta onde vão os praticantes buscar suas respostas, os fazem nos devaneios psicológicos, os quais encontraram neste momento terreno fértil e que tomam as formas mais variadas. Os analistas passam a lançar mão de ideias como: esgotamento das fantasias, regressão instintiva, liberação da agressividade, identificação ao eu do analista e assim por diante. Desvios estes que, segundo Lacan (1956), fazem perder o que Freud ensinou.

A questão da função simbólica Lacan (1956) não localiza exclusivamente em seu ensino, como também visto anteriormente, mas no esforço freudiano em localizar a determinação simbólica. Se de 1897 (desde a carta a Fliess de 21 de setembro) até 1914 (no Homem dos Lobos) Freud teria levado em conta o imaginário e o real nos mecanismos do inconsciente, Lacan (1956) pontua que é para reconhecer justamente a determinação simbólica

à qual a função imaginária se subordina. O mesmo se dá em conduzir sempre as análises da neurose ao nó do Édipo, isto é, garantir o imaginário em sua concatenação simbólica.

Após elucidar estes e demais pontos em que a psicanálise em 1956 se distanciava da doutrina freudiana, mais uma vez, Lacan (1956) irá situar que é na linguística saussuriana que fundamenta a leitura dos mais primordiais ensinamentos de Freud. Em um passo de retomada da visada estruturalista – alçar à categoria científica as ciências humanas – vê-se Lacan (1956) afirmar que é justamente a distinção entre significante e significado no ensino de Saussure que lhe rendeu tantas homenagens.

No que diz respeito à primazia do significante sobre o significado, Lacan (1956) afirma que somente a psicanálise pode impô-la – a primazia – ao pensamento. Na sua disciplina é possível demonstrar de que modo o significante realmente prescinde de qualquer cogitação para exercer sua função na significação que determina um sujeito. E mais: “Para se manifestar nele mediante a intromissão alienante da qual a noção de sintoma adquire na análise um sentido emergente – o sentido do significante que conota a relação do sujeito com o significante.” (LACAN, 1956, p. 470).

E no que diz respeito à dimensão simbólica o que cabe à psicanálise localizar é que o homem já nasce, e está além de sua morte, preso à cadeia simbólica. Ao evocar a situação do jogo, Lacan (1956) esclarece que o homem é apanhado em seu ser como um todo, como um peão no jogo de significantes, isto é, desde antes que as regras do jogo lhe sejam transmitidas. E essa exterioridade do simbólico em relação ao homem diz respeito ao conceito mesmo de inconsciente.

Para Lacan (1956) isso se verifica em Freud no seu texto Totem e tabu de 1913, onde o assassinato do pai, considerado como o drama inaugural da humanidade, não comporta, por parte de seu autor, qualquer relativização. Aí, Lacan (1956) lê, está se sustentando a primordialidade do significante representado pela paternidade. A força do significante se entrevê, portanto, no fato de que o pai simbólico é o pai morto.

Desta forma, fica claro como se por um lado o ensino lacaniano está desconstruindo um modo determinado de ler Freud e praticar a psicanálise, de outro está transmitindo seu modo de pensar a doutrina e agir na clínica. Na medida em que diz do equívoco dos analistas em não confiado em seus ouvidos e partido para elaborações outras, distantes do texto freudiano, também aponta de que se trata. A saber, de abster-se de compreender, que mantenham um ouvido surdo e o outro aguçado e que, esse que ouve, deve estar atento à escuta dos sons ou fonemas, das palavras, locuções e frases, das pausas, escansões, cortes, períodos e paralelismos. É somente aí que a intuição analítica pode se apoiar.

3.3 O INCONSCIENTE É ESTRUTURADO COMO LINGUAGEM

O percurso realizado até aqui encontra neste momento seu objetivo e também seu ponto final. Após percorrer a história do movimento estruturalista, a partir da retomada biográfica e percurso teórico de três de seus principais personagens, pôde-se chegar à obra e ao ensino de Lacan. Se esta etapa anterior se fez necessária foi para situar quais foram as fontes que ele buscou, qual a participação delas no que veio a nomear de retorno a Freud e de que modo Lacan passa a tomar os conceitos da psicanálise. Isto é, visava demonstrar que foi via fundamentos do estruturalismo, recolhidos da antropologia e da linguística, que propôs a leitura de Freud e centralizou a função da fala e da linguagem na prática analítica.

Vale grifar que a divisão em partes do escrito configura-se enquanto um guia para a redação e para o leitor, mas o presente momento não nasce aqui, vem de outros itens, especialmente do anterior – o retorno a Freud. Onde encontra-se não só o nascimento da possibilidade de escrever ‘o inconsciente é estruturado como uma linguagem’, como seus fundamentos. Aqui, portanto, reside sua formalização.

Portanto, o passo lógico que aqui se exige é de abarcar em que culmina essa interpolação da psicanálise com a linguística. Lacan não objetivava uma analogia, aos moldes de figuras de linguagem, quando transpunha do campo linguístico para o campo analítico os conceitos com que se deparava. Tratava-se mesmo do reconhecimento de uma mesma lógica, um mesmo funcionamento, mesmas leis e no que isso incidia em sua clínica.

Conforme visto, se a leitura lacaniana de Saussure já estava evidente nos momentos supracitados, Roudinesco (1972) demonstra que é possível situá-la em dois momentos: um sem e um com a influência declarada de Jakobson. Este segundo tempo fica demarcado, especialmente, na ocasião da conferência *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud* em 1957, que conforme a autora relata, tratou-se de uma comunicação aos alunos de letras da Sorbonne neste mesmo ano.

Neste texto, Lacan (1957) imediatamente adverte a seus ouvintes que o título de sua exposição (e não haveria de ser diferente sendo este um texto lacaniano) visa a pontuar algo imprescindível. Não é outra coisa senão que é toda a estrutura da linguagem o que a psicanálise descobriu no inconsciente, o qual não pode mais ser confundido com apenas a sede dos instintos. Ora, está dado, logo de início, o fundamento, cabendo, então, acompanhar seu desenvolvimento.

Por letra Lacan (1957) está designando “o suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem” (LACAN, 1957, p. 498). E quanto à linguagem, está esclarecendo, que não deve ser confundida com as funções somáticas e psíquicas do falante, pois que sua estrutura preexiste à entrada de cada sujeito em um determinado momento de seu desenvolvimento mental.

Mais uma vez reverencia à linguística o mérito da linguagem ter alcançado o status de objeto científico e, conforme citado nos princípios deste trabalho, concorda que a disciplina se apresentou como “posição-piloto” (LACAN, 1957, p. 499) por ser aquela que estuda as línguas existentes em sua estrutura e suas leis.

Assim como toda ciência moderna, Lacan (1957) afirma que o surgimento da linguística enquanto tal se sustenta na constituição de um algoritmo que a funda. Neste caso: S/s, onde lê-se significante sobre significado. Evidentemente, Lacan (1957) atribui esta redação à Saussure e demonstra ter aprendido com ele a posição primordial do significante e do significado, enquanto ordens distintas e separadas por uma barreira resistente à significação.

Ao interpretar o algoritmo, Lacan (1957) sublinha que a estrutura do significante está em ele ser articulado e sua natureza em ele sempre antecipar o significado, como que desdobrando adiante dele a sua dimensão. É pelas propriedades do significante que fica possível a ele situar a expressão tão recorrente em seu ensino, a cadeia significante. Ele vai dizer: “anéis cujo colar se fecha no anel de outro colar feito de anéis” (LACAN, 1957, p. 505).

O sentido insiste na cadeia significante, mas nenhum dos elementos da cadeia consiste na significação, o que se impõe aí é a noção de deslizamento incessante do significado sob o significante. Ao que Lacan (1957) retoma o caráter linear do significante e afirma que se para Saussure esta propriedade era constitutiva da cadeia do discurso, para a psicanálise, ela não é suficiente. Visto que, no seu entendimento, o que a estrutura da cadeia significante revela é que existe a possibilidade do sujeito se servir da língua para expressar algo completamente diferente do que ela diz.

Dosse (1993) lê aí que, embora Lacan atribua o algoritmo a Saussure, efetua nele algumas modificações. Em primeiro lugar modifica a simbolização concedendo a maiúscula ao significante e a minúscula ao significado, passando aquele para cima da barra e este para baixo. Desta forma, faz desaparecer as setas que indicavam uma relação recíproca das duas faces do signo, isto é, seu caráter indissociável. Por fim, a barra saussuriana vai ser interpretada por Lacan não como o estabelecimento de uma relação entre os planos do significante e do significado, mas como uma barreira resistente à significação.

Em suma, o significado passa a ocupar um lugar secundário, o que não quer dizer que se trata de esvaziá-lo, pois que o fenômeno analítico seria incompreensível sem a duplicidade do significante e do significado (DOSSE, 1993).

Neste contexto, Cabas (2010), a respeito do significado, pontua que a experiência analítica demonstra que o deciframento dos conteúdos manifestos não desemboca na assunção de um significado propriamente dito. O que o deciframento mostra, por sua vez, é que não há significado material, concreto ou efetivo na base dos sintomas, mas que há um enigma.

Este enigma se encarna tanto nos dizeres quanto no corpo dos pacientes, percorrem e atravessam suas vidas e, segundo Cabas (2010), é a isso que Lacan denota como sujeito. Para, no entanto, não afastar a discussão que aqui vinha-se fazendo, importa dizer que a inexistência de um significado é o mesmo que dizer que não há significado no fim da cadeia, o que há é sempre, em todos os casos, um enigma.

A título de complementação, transcreve-se a passagem de Cabas (2010) acerca do enigma e da interlocução lacaniana com Saussure. Especialmente no que ela vai ao encontro dos ditos acerca do retorno a Freud e do que logo a frente será trabalhado a respeito dos empréstimos de Lacan dos termos linguísticos.

Deduz-se que não é por causa de Saussure (isto é, da importação do conceito saussuriano do significante) que Lacan revolucionou as bases conceituais da interpretação analítica. É por causa do enigma que representa, na clínica, o sentido do sintoma que ele recorreu a Saussure e à sua linguística estrutural. De modo a poder investigar esse impasse. (CABAS, 2010, p. 145)

Agora, retornando ao texto lacaniano, a partir deste ponto – do algoritmo –, Lacan (1957) tornou possível introduzir as noções da metonímia e da metáfora, as quais Roudinesco (1994) apontou terem sido recolhidas, justamente, da fonologia jakobsoniana.

Metonímia é, então, no texto lacaniano, esta função propriamente significante na qual uma parte é tomada pelo todo. A metáfora, por sua vez, nasce entre dois significantes dos quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto que o significante oculto permanece presente em sua conexão com o resto da cadeia. Mais simplificada dizendo, a primeira é de palavra em palavra e a segunda é uma palavra por outra.

O que Lacan (1957) demonstra, então, é que foi Freud quem descobriu que a letra produz todos os seus efeitos de verdade no homem, pois que a isso ele deu o nome de inconsciente. Verifica-se esta condição, é Lacan (1957) quem o diz, na célebre obra freudiana *A interpretação dos sonhos de 1900*, na qual em todas as páginas o que consta é a letra do discurso, pois que, como Freud mesmo afirma, o sonho é a via régia para o inconsciente.

O sonho é um rébus² e, se Freud instruía a entendê-lo, Lacan (1957) ensina que o modo de o fazer é tomando-o ao pé da letra. Ou seja, as imagens no sonho devem ser tomadas em seu valor de significante e essa estrutura de linguagem que possibilita a leitura do sonho consta na escrita de Freud sob o princípio da significância do sonho.

Desta forma, Lacan (1957) pode comprovar a extração de conceitos da linguística na obra de Freud. Pois, verifica que pelo termo *Enstellung* – transposição – em que Freud demonstra a precondição da função do sonho, entende-se a designação saussuriana de deslizamento do significado sob o significante. Ao mesmo tempo que a *Verdichtung* – condensação – é a estrutura de superposição de significantes verificada na metáfora e a *Verschiebung* – o deslocamento – é o transporte da significação que está presente na metonímia, mecanismo este tão utilizado para despistar a censura. Portanto, para Lacan (1957) estes mecanismos oníricos em nada se distinguem das funções homólogas no discurso, o trabalho do sonho segue as leis do significante. E o sonho, nunca é demais dizê-lo, é a via régia do inconsciente.

Lacan (1957) está certo de que Freud estava localizando o papel constitutivo do significante no inconsciente e justifica que só não lhe foi possível colocar as coisas nestes termos, pois que sua obra antecipava em muito os avanços e formalizações da linguística. De forma que Freud teria justamente aberto o caminho para esta disciplina.

Mesmo não dispondo de um apoio epistemológico que estivesse à altura da maturidade científica da psicanálise, Freud manteve uma coerência absoluta entre a técnica e as descobertas que realizava. O sonho passa a ser o instrumento privilegiado para a investigação, porque revela as leis do inconsciente, Freud o diz, no sujeito normal e no sujeito neurótico. Ou seja, busca expor sua descoberta – o inconsciente – em sua extensão mais geral (LACAN, 1957).

Assim sendo, Lacan (1957) se coloca a definir a tópica do inconsciente nos termos linguísticos. Para ele, esta tópica se define, portanto, pelo algoritmo S/s. Por verificar a co-presença, no significado, da cadeia significante horizontal e vertical, é que pôde demonstrar as estruturas fundamentais da metáfora e da metonímia. E foi possível concluir que, na estrutura metonímica indica-se que é da conexão do significante com o significante que se instala a falta do ser na relação de objeto. Na estrutura metafórica, por sua vez, o que se coloca é que na substituição do significante pelo significante se produz um efeito de significação.

Conforme apontado no item anterior deste trabalho, antes de 1957 Lacan já havia alçado as manifestações do inconsciente – o chiste, o lapso, o sintoma e etc. – à categoria de efeitos de

² Um enigma figurado que consiste em exprimir palavras ou frases por meio de figuras ou sinais, cujos nomes produzem quase os mesmos sons que as palavras ou frases representam; palavra tomada em outro sentido que não o natural (Dicionário Houaiss).

linguagem. Entretanto, com o advento das formulações acerca das leis do significante, ele pôde cernir melhor do que é que se trata em alguns destes casos.

Vai dizer, assim, que o mecanismo da metáfora é o mesmo que em se determina o sintoma na psicanálise.

Entre o significante enigmático do trauma sexual e o termo que ele vem substituir numa cadeia significante atual passa a centelha que fixa num sintoma – metáfora em que a carne ou a função são tomadas como elemento significante – a significação, inacessível ao sujeito consciente onde ele pode se resolver. (LACAN, 1957, P. 522)

Com o auxílio de Roudinesco (1972) compreende-se desta passagem que Lacan está dizendo que o sintoma pertence à ordem da metáfora, pois que nele se manifesta a substituição de um significante corporal, por exemplo, no lugar de um significante recalcado.

À metonímia, por sua vez, engata-se o desejo inconsciente como desejo do desejo sempre insatisfeito. Ou seja, verifica-se nos trilhos da metonímia o eterno desejo de outra coisa, uma fixação nas reticências (reticências de uma frase mesmo ‘...’) da cadeia significante. Este é, para Lacan (1957), o único meio de conceber a indestrutibilidade do desejo.

Desta forma, Lacan (1957) terá comprovado que utilizar a terminologia linguística para tratar dos fenômenos inconscientes vai além de ser apenas um modo de dizer. Mas, são exatamente estes mecanismos – os da linguagem – que estão em ato na retórica do discurso dos analisandos.

Dizer que o sintoma é uma metáfora, não é uma metáfora, pois ele o é realmente. Assim como dizer que o desejo é uma metonímia não é outra coisa senão dizer que ele é, mesmo e em si, uma metonímia.

Mais uma vez, apoiando-se em Dosse (1993), conclui-se que é na homologia da metáfora e da metonímia com a condensação e com o deslocamento que Lacan pode formalizar sua hipótese segundo a qual o inconsciente é estruturado como uma linguagem. A partir do que, a prática do analista incide em ele tomar seus pacientes ao pé da letra (como o próprio já apontara através deste escrito) e não inserir qualquer coisa em seu dizer.

Ao dedicar-se à questão das interfaces da linguística e da psicanálise, Sales (2008) confirma os ditos acima colocados. A autora também coloca como é a duplicidade fendida do significante e do significado que está na base da identificação da estrutura do inconsciente à estrutura da linguagem.

Novamente, dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não equivale a dizer que suas leis são análogas às leis da linguagem, mas sim que são exatamente as mesmas leis. Foi visto o modo como este argumento se construiu na obra lacaniana, ou pelo menos em

excertos dela, especialmente em seu esforço em ir situando os fenômenos clínicos na estrutura do significante.

No início de seu Seminário sobre as formações do inconsciente – livro 5 – Lacan (1957-58) confirma que aprendeu com Jakobson os fundamentos da análise linguística e, inicialmente, diz que ela mantém uma estreita relação com a psicanálise. Logo em seguida, retifica que chegam a se confundir. Para, então, afirmar que examinando de perto elas são essencialmente iguais.

Assim, fica confirmada a correspondência entre a causalidade inconsciente e a causalidade significante e que ela está assentada nos mecanismos da metáfora e da metonímia. O que por sua vez, pode sustentar a afirmação de que as leis do inconsciente são as leis da linguagem. Conforme Lacan havia pontuado, quando dizia de tomar o dito ao pé da letra, seja em linguística ou em psicanálise, o que importa é o isolamento do campo da articulação significante, pois que é isso que pode responder às formações do inconsciente (SALES, 2008).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do óbvio que um escrito traz em sua intenção, isto é, de que é preciso se deparar com os textos, refletir a seu respeito, elaborar questões e delas extrair assertivas, ele também comporta uma dimensão de conclusão. É disso que se trata agora, de retomar o percurso elaborado, discuti-lo mais uma vez onde se fizer necessário, reconhecer onde moram suas lacunas e, a partir daí, precisar para onde a pesquisa caminha. Por isso mesmo é que o texto deve ser concluído, para que possa ser relançado.

Em 1912 Freud recomendava aos médicos que exerciam a psicanálise que, muito embora na prática analítica pesquisa e tratamento coincidam, a técnica exigida por uma opção se à requerida pelo outro. Sabe-se que, neste contexto, Freud (1912) está advertindo quanto ao trabalho científico de um caso enquanto o mesmo ainda está em andamento, pois que se assim se opera, se o manejo visa a atender a propósitos científicos, os casos sofrerão em seu resultado. Apesar de não ser exatamente esta a situação que aqui se coloca, a orientação freudiana é ainda assim bastante valiosa, pois que afirma que a conduta correta para um praticante é a de oscilar de uma atitude mental para outra.

Esta ressalva se enquadra na situação deste trabalho, pois que da prática clínica, do recolhimento das próprias questões quando diante daqueles que procuravam quem os pudesse escutar, emergiam sempre as mesmas perguntas. Conforme apresentado na introdução deste escrito, elas eram: o que deve ser escutado? De que se trata essa fala? De quem se trata nesta fala?

Também a partir de uma advertência freudiana quanto à necessidade do estabelecimento de um diagnóstico para a direção dos tratamentos, pode-se decantar que tais perguntas diziam respeito justamente a isso. Ou seja, de como proceder com o diagnóstico na prática analítica, qual sua natureza, seus fundamentos e como operá-lo.

Na oscilação de uma atividade mental para a outra, as questões clínicas tornaram-se questões teóricas e a universidade, a possibilidade de uma orientação em psicanálise e a prática investigativa puderam proporcionar este movimento pendular. Neste contexto, as leituras e as discussões foram indicando o caminho e da pergunta acerca do diagnóstico, extraiu-se o interesse em percorre-lo na sua condição de ser estrutural.

Apesar de, como dito anteriormente, esta inquietação se manter como que atravessando a pesquisa, foi necessário postergá-la no tempo. A exigência e o rigor em pesquisar antepuseram a necessidade em compreender, mesmo, o que se entende pelo conceito de estrutura e como é que essa noção veio a pertencer ao escopo analítico.

Em nenhum momento se supôs que Lacan – que foi o responsável por introduzir este fundamento na teoria psicanalítica, muito embora ele argumente que apenas o recolheu de Freud – o teria extraído de um dicionário pura e simplesmente. Portanto, buscou-se no movimento estruturalista, nas suas bases epistemológicas e nos seus principais autores as fontes para o pensamento lacaniano.

Buscou-se demonstrar no primeiro capítulo que o estruturalismo alcançou seu êxito na França nas décadas de 1950 e 1960 por ter se apresentado enquanto um método rigoroso à investigação científica nas ciências humanas. Neste item do trabalho – A história do movimento estruturalista nas ciências humanas – verificou-se que o estruturalismo nunca se caracterizou como um conjunto de saberes unificado, composto por um grupo homogêneo de teóricos. Muito pelo contrário, configurou-se pela somatória e pela diversidade de autores que compuseram o quadro estruturalista desde lugares bastante distintos.

Desta forma, pôde-se perceber que as perguntas acerca do que foi o estruturalismo e quem foram os estruturalistas caminhavam juntas. E mais, recolheu-se que se o método foi difundido e empregado foi em virtude dos encontros entre seus personagens. Por optar a perseguir sua história e fundamentos desde suas características mais marcantes, é que a investigação prosseguiu para o trabalho junto às personalidades e obras de seus principais representantes.

Por óbvio que a escolha destes autores não se deu de modo aleatório, mas visando o objetivo da própria pesquisa. Para tanto, foram eleitos três pensadores e cada um deles justificadamente: Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson e Lévi-Strauss.

O primeiro deles mostrou-se indispensável por diversas razões. Primeiramente porque não é possível falar em estruturalismo sem mencionar aquele que foi o seu iniciador e a disciplina que se apresentou como ciência-piloto de seu método. Em segundo lugar, e talvez isso se relacione intimamente ao primeiro, foi a obra de quem Lacan encontrou e de quem extraiu suas elaborações sobre o campo da linguagem.

Roman Jakobson também se apresentou enquanto figura indispensável nesta exposição. Este autor russo foi quem releu Saussure e ampliou e formalizou seu ensino. Foi visto que, se Saussure foi quem iniciou o estruturalismo sem jamais ter se referido a estes termos, em Jakobson os tempos já eram outros e sua apropriação da obra saussureana propiciou a expansão da visada estruturalista. Viu-se como isso se concretizou no intercâmbio que faz com Lévi-Strauss e na incidência que suas elaborações vieram a ter na apropriação linguística que Lacan opera.

Feita a ponte, chegou o momento de falar de Lévi-Strauss, este que foi reconhecidamente uma figura central do estruturalismo. Sua presença neste trabalho justificase ainda mais pela interface que o antropólogo faz com a psicanálise. Lévi-Strauss leu e interpretou alguns pontos da obra freudiana, viu-se isto nas passagens acerca da eficácia simbólica. Mais ainda, este é o personagem que, de uma amizade propriamente dita, irá engendrar a inserção de Lacan no meio estruturalista e contribuir de maneira sem precedentes para o ensino lacaniano, sua releitura de Freud e propiciará a ponte no caminho inverso à linguística.

Se foi possível notar que as perguntas ‘O que foi o estruturalismo?’ e ‘Quem foram os estruturalistas?’ praticamente coincidem, deve-se a indicação a Gilles Deleuze e foi ele quem contribuiu para a conclusão deste primeiro momento da pesquisa. Se a exposição dos autores supracitados havia se dado de maneira mais exploratória mesmo, Deleuze auxiliou em atar as pontas, concluir questões, extrair fundamentos e relançar ao trabalho.

No segundo capítulo pôde-se, finalmente, chegar a Lacan e, inspirado na metodologia expositiva adotada anteriormente, o escrito iniciou-se por excertos da biografia de Lacan. Não apenas como estilo de redação, esta escolha se deu a partir da ideia de que a história da vida profissional de Lacan faz compreender sua entrada na psicanálise, ao passo que sua profissão, por sua vez, está constantemente em interface com as influências e seus percursos pessoais.

Não foram eleitos, no entanto, quaisquer elementos da história pessoal de Lacan, mas aqueles que o encaminharam à psicanálise e, em um salto cronológico bem demarcado, aqueles que confluíram ao que ficou conhecido em seu ensino como o Retorno a Freud. Tanto este, quanto o ponto seguinte do presente escrito comprovaram a necessidade dos itens que os precederam. Se foi necessário retornar à história do estruturalismo, às obras de Saussure, Jakobson e Lévi-Strauss, foi para demonstrar que foi este o caminho escolhido por Lacan para reler Freud, propor uma correção na prática da psicanálise da época e formalizar sua compreensão da descoberta freudiana.

Melhor dito, Lacan relê e retorna a Freud via estruturalismo e pelo encontro com a linguística e com a antropologia. Afasta-se assim de concepções biologicistas ou até mesmo místicas na interpretação das obras de Freud e propõe sua visada tão rigorosa quanto rente aos fundamentos do fundador da psicanálise.

Conforme isso caminha, na medida mesma em que Lacan vai bebendo da fonte da antropologia e da linguística, vai assentando sua doutrina cada vez mais na função da linguagem. Foi dito como é em uma segunda leitura de Saussure, posto que a primeira teria sido

nos primórdios da inserção de Lacan na psicanálise, que o psicanalista pôde, através da lente de Jakobson, situar as leis da linguagem como sendo as mesmas leis do inconsciente.

Dedicou-se, portanto, a última parte deste escrito à essa questão, onde verificou-se que foi através da extração dos conceitos de metáfora e metonímia que Lacan pode firmar solo nas leis do significante. Onde não havia mais dúvida de que a prática analítica não poderia mais prescindir de tomar a sério a noção de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

Conforme dito, este momento da pesquisa, além de situar e discutir o trabalho realizado, pretende apontar suas lacunas e orientar sua continuidade. A cada item que se concluía e se iniciava uma dúvida se interpunha, a saber, se havia sido justa a medida da exposição apresentada. Se teria se honrado a grandeza das disciplinas abordadas, mesmo que sempre sob a advertência que abordá-las respondia a um objetivo bastante claro.

Outro ponto sempre à espreita da redação era quanto à questão diagnóstica, questão fomentadora do trabalho, que embora se houvesse consentido com o caminho traçado, ora se fazia mais próxima, ora muito distante. Quanto a isso, a própria elaboração da dissertação deu a letra, indicou a justificativa e deu lugar às inquietações.

Por ter se constituído como um texto bastante marco pelos fatos históricos, a biografia de Lacan por Roudinesco (1994) foi companheira das elaborações em grande extensão. Foi também nela que se encontrou o direcionamento citado no parágrafo acima. Para tanto, vale trabalhar um pouco mais em seu texto então.

Roudinesco (1994) relembra ao leitor que à época dos escritos lacanianos trabalhados aqui para situar o retorno a Freud e a assertiva lacaniana de que o inconsciente é estruturado como linguagem, corriam em paralelo os seminários de Lacan. Foi em 1955 e 1956 que Lacan dedicou seu ensino à questão das psicoses e a leitura da história do presidente Schreber. Roudinesco (1994) situa, portanto, que na reflexão sobre os casos psicóticos e sobre a paranoia, especificamente, Lacan introduzia o conceito de foraclusão e que este pertencia a sua segunda (via Jakobson) retomada estrutural.

Do texto freudiano sobre o Homem dos Lobos, em que Freud situa a gênese do reconhecimento e do desconhecimento da castração em seu paciente e o quanto isso passava por uma atitude de rejeição (*Verwerfung*), Lacan extrai uma nomenclatura e um funcionamento. Verificou que Freud diferenciava esse mecanismo – esse de uma rejeição de uma realidade apresentada como não existente – do mecanismo do recalque. De modo que, em seu diálogo com Jean Hyppolite, Lacan nomeia a *Verwerfung* de supressão (ROUDINESCO, 1994).

Dois anos mais tarde, Lacan propõe traduzir o termo em alemão por foraclusão, um mecanismo específico da psicose que consiste em uma rejeição de um significante primordial

para fora do universo simbólico do sujeito. O significante não é integrado ao inconsciente do sujeito, mas retorna desde o real por ocasião da alucinação ou do delírio (ROUDINESCO, 1994).

Ora, o que se passava aí é que Lacan estava empregando na clínica seu apoio na linguística e escrevendo neste terreno a trajetória do significante. Embora Lacan já houvesse pronunciado a noção do nome-do-pai em 1953, conforme apontado no corpo deste texto, foi em 56 que ele o formulou enquanto conceito (ROUDINESCO, 1994).

Em paralelo, corriam as comunicações de Lacan com Lévi-Strauss acerca da universalidade da proibição do incesto como passagem da natureza à cultura, conforme também compôs o aparato teórico da presente pesquisa. A partir disso, Lacan pode pensar a posição da função simbólica do pai, representante da cultura e encarnação da lei, bem como a função imaginária da mãe e da fusão com o filho como objeto fálico de um pênis faltante (ROUDINESCO, 1994).

Na passagem da natureza à cultura, portanto, o polo paterno vai ocupar um lugar análogo na estruturação histórica, não só do grupo, como de cada sujeito. Este lugar, que foi primeiramente nomeado de função do pai, depois função do pai simbólico, em seguida de metáfora paterna, veio a ganhar o status de conceito, finalmente, no nome-do-pai (ROUDINESCO, 1994).

Para Roudinesco (1994), então, a elaboração deste conceito é tributária do estabelecimento de uma teoria do significante. Esta por sua vez, possibilitada pela leitura dos trabalhos de Jakobson. Se todos que haviam lido as memórias de Schreber puderam notar que havia um vínculo entre o sistema educativo de seu pai com os delírios do presidente, foi Lacan que alçou isto a categoria de um funcionamento do delírio, o que se dera ali foi, justamente, a forclusão do nome-do-pai.

Pois bem, se na retomada da biografia a inserção de ‘novos’ conceitos se fez necessária foi para situar como e quanto a visada deste trabalho se confirma. O caminho ainda é longo, posto que de modo reduzido situou-se apenas de que se trata nos casos de psicose. Mas, pode-se cernir que a direção está dada e que a pergunta pode ser ainda mais perseguida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABAS, Antonio Godino. **O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. **Os estudos fonológicos de Roman Jakobson**. *In* Fonema e Fonologia, Roman Jakobson. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.
- CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. 5ed. rev. e ampl. com exercícios e estudo sobre as escolas estruturalistas. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1987.
- CLASTRES, Guy. **Seminário “Clínica e Estrutura”**. *In* O sujeito. Curitiba: Associação Coisa Freudiana - Transmissão em Psicanálise, Letras da Coisa, n. 9, 1990.
- CUNHA, Brigitte Cardoso. **Psicanálise e estruturalismo**. Lisboa: Cooperativa Editora e Livreira, 1981.
- DELEUZE, Gilles. (1972). **Em que se pode reconhecer o estruturalismo?** *In* A ilha deserta: e outros textos. Edição preparada por David Lapoujade; organização da edição brasileira e revisão técnica Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo, v. 1: o campo do signo, 1945-1966**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- DUMÉZIL, Claude. **Entrevista com Claude Dumézil**. *In* Quartier Lacan: testemunhos. Colhidos por Alain Didier-Weill e Emil Weiss e Florence Gravas; tradução Procopio Abreu; revisão Sandra Regina Felgueiras; editor José Nazar. Rio de Janeiro: Cia. De Freud, 2007.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina; MACHADO, Ondina Maria Rodrigues. **O diagnóstico em Psicanálise: do fenômeno à estrutura**. *In* Ágora, v. III, n.2, jul/dez 2000.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina; TENÓRIO, Fernando. **O diagnóstico em psiquiatria e psicanálise**. *In* Ver. Latinoam. Psicopat. Fund., ano V, n. 1, mar/2002.
- FREUD, Sigmund. (1905 [1901]). **Fragmento da análise de um caso de histeria**. *In* Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standart* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. VII, 1996.
- FREUD, Sigmund. (1909). **Análise de uma fobia em um menino de cinco anos**. *In* Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standart* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. X, 1996.
- FREUD, Sigmund. (1909). **Notas sobre um caso de neurose obsessiva**. *In* Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standart* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. X, 1996.

FREUD, Sigmund. (1911). **Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (Dementia Paranoides)**. In Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standart* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XII, 1996.

FREUD, Sigmund. (1912). **Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise**. In Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standart* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XII, 1996.

FREUD, Sigmund. (1917 [1916-1917]). **Psicanálise e Psiquiatria**. In Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standart* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVI, 1996.

FREUD, Sigmund. (1918 [1914]). **História de uma neurose infantil**. In Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição *standart* brasileira. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVII, 1996.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LACAN, Jacques. (1951). **Intervenção sobre a transferência**. In Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. (1953a). **O discurso de Roma**. In Outros Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. (1953b). **Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise**. In Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. (1955). **A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise**. In Outros Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. (1956). **Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956**. In Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. (1957). **A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud**. In Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. (1957-58). **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

LÉPINE, Claude. **O inconsciente na antropologia de Lévi-Strauss**. São Paulo: Ática, 1974.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro LTDA, 1967.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introdução à obra de Marcel Mauss**. In Sociologia e Antropologia, Marcel Mauss. São Paulo: Ed. Cosacnaify, 1968.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Praga a Paris**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MILNER, Jean-Claude. **El périplo estrutural: figuras y paradigma**. - 1a ed. - Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

JAKOBSON, Roman. **Fonema e Fonética**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

ROUDINESCO, Elizabeth. **Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SALES, Léa Silveira. **Estruturalismo - história, definições, problemas**. Florianópolis: Revista de Ciências Humanas, EDUFSC, n.33, p.159-188, abril de 2003.

SALES, Léa Silveira. **A abertura da estrutura: limite da aplicação da linguística saussuriana à psicanálise**. In *Psychê*, vol. XII, núm. 22, enero-junio, 2008, pp. 97-112. Universidade São Marcos. São Paulo.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix LTDA, [s.d.].